



VIA DE DIREITO, VIA DE FAVOR

Relatório resultante de estudo sobre demanda, viabilidade, potenciais benefícios e impactos advindos da reabertura de estrada na Resex Riozinho do Anfrísio (PA).

São Paulo
junho de 2011

Expediente

pesquisa, texto e mapas:

Natalia Guerrero

Juan Doblas

Maurício Torres

diagramação e arte:

Vitor Flynn





VIA DE DIREITO, VIA DE FAVOR

Relatório resultante de estudo sobre demanda, viabilidade, potenciais benefícios e impactos advindos da reabertura de estrada na Resex Riozinho do Anfrísio (PA).

São Paulo
junho de 2011

SUMÁRIO

1. Apresentação	9
2. Contextualização regional	15
2.1. A Resex Riozinho do Anfrísio	21
2.1.1. Aspectos infra-estruturais e socioeconômicos	22
2.1.1.1. Infra-estrutura, cidadania e economia na Resex	23
2.1.1.2. Meios de vida e geração de renda	27
2.2. Os de cima e os de baixo	30
3. A vida sem estrada e as expectativas do que se resolveria havendo uma estrada	41
3.1. Saúde: crianças sofrem mais	43
3.2. Produção e comércio	45
3.3. Outras razões	47
4. Sobre a viabilidade da estrada	49
4.1. Descrição material da estrada	51
4.1.1. Declividade	54
4.1.2. Áreas alagáveis	54
4.1.3. Situação atual da estrada	55
4.2. A favor ou contra? apelo e solidariedade	57
4.3. Restrições	59
5. A estrada de São Paulo	63
6. Conclusão	75
6.1. A estrada e os madeireiros	78
6.2. A estrada não sai: que fazer?	79
6.3. Espaços de decisão	81
Referências Bibliográficas	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1 Situação da estrada solicitada em relação aos limites municipais.

Figura 4.2 Perfil planialtimétrico da estrada, no seu comprimento total e na porção não trafegável atualmente.

Figura 4.3 Perfil da estrada com os pontos sujeitos a inundação destacados.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 Distribuição de renda por região – com assalariados

Gráfico 2.2 Distribuição de renda por região – sem assalariados

Gráfico 3.1 Mortalidade infantil na Resex Riozinho do Anfrísio

Gráfico 4.1 Opinião sobre a estrada de acordo com a região da Resex

Gráfico 4.2 Opinião sobre a estrada por localidades da Resex

LISTA DE MAPAS

Mapa 2.1 A Resex Riozinho do Anfrísio em relação às UCs do entorno.

Mapa 2.2 Comunidades da Resex Riozinho do Anfrísio.

Mapa 2.3 Frentes de penetração da grilagem.

Mapa 4.1 Mapa topográfico mostrando o percurso da estrada solicitada.

Mapa 4.2 Áreas alagáveis no entorno da estrada solicitada.

Mapa 6.1 Exemplo de identificação mediante sensoriamento remoto.

Mapa 6.2 processamento por componentes principais.

Mapa 6.3 Interpretação tentativa.

Mapa 6.4 Localização da imagem processada na extremidade Oeste da Resex.



1. Apresentação



“Eu achei ruim da primeira vez que eu fui [varando a pé a estrada de São Paulo]. Ainda hoje eu não acho bom. A gente vai porque é forçado.”

Seu Januário

As histórias de vida da população da Resex Riozinho do Anfrísio (PA) compõem-se tal como as curvas do rio que lhe dá nome: numerosas, imbricadas, de uma redundância enganosa, que expressa a um só tempo o pertencimento compartilhado e as especificidades irreduzíveis. No vocabulário contraditório dos que se suspeitam clientes de direito, mas que vivem muitas vezes como clientes de favor, uma parcela da população da Resex vem reiterando há alguns anos uma demanda a mediadores e agentes do Estado que atuam na região: a reabertura de uma estrada que liga a reserva aos centros urbanos mais próximos. Isso concorreria, dizem muitos, para a melhoria da saúde, do transporte, do comércio, entre outros aspectos socioeconômicos. Mas poderia também, indicam alguns, acarretar maiores pressões sobre os recursos da reserva e dar novo fôlego a conflitos de que a região foi palco num passado recente.

Foi a partir desse quadro que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com apoio do Instituto Socioambiental (ISA), promoveu no final de 2010 uma expedição de pesquisadores à Resex Riozinho do Anfrísio e a sua vizinha imediata, a Resex do Rio Iriri, com o intuito de mapear os benefícios, pressões e alternativas à reabertura de uma antiga estrada de transporte de borracha que liga o rio às vias dos municípios próximos de Trairão e Itaituba. É dos resultados dessa expedição que se constitui, assim, o conteúdo do presente relatório.

Reunida em 02 de dezembro de 2010 em Trairão, a equipe interdisciplinar de pesquisadores se via composta por Mauricio Torres, Juan Doblas, Natalia Guerrero, o gestor do ICMBio para a Resex Riozinho do Anfrísio, Luis Wagner Guimarães, o coordenador adjunto do Programa Xingu do ISA na Terra do Meio, Marcelo Salazar, e os moradores da própria Resex: Gildo Bezerra de Castro, Lindomar Bezerra de Castro, Pedro Pereira de Castro e Edinho Bezerra de Castro. Foram dez dias de trabalho ao todo, da saída de Trairão até a chegada em Altamira, período durante o qual a equipe buscou dar conta dos seguintes objetivos em campo:

- ✱ **Percurso da chamada “estrada de São Paulo” a pé, juntamente com moradores da Resex.** Foram dois dias de caminhada mata adentro, totalizando cerca de 40 quilô-

metros, ao longo dos quais os moradores da Resex que nos acompanhavam compartilharam seu conhecimento sobre a história da estrada e seu uso tradicional passado e presente.

✳ **Georreferenciamento do percurso da trilha sobre a qual se demanda a abertura da estrada, com análise planialtimétrica.** Para além da estrada, realizou-se também o georreferenciamento das atuais moradas da Resex ao longo do rio, bem como de moradias antigas e outras toponímias mais significativas, possibilitando projetar geograficamente os dados dos depoimentos acerca da estrada e da situação socioeconômica da Resex.

✳ **Entrevistas com moradores da Resex sobre dificuldades cotidianas e o papel da estrada.** Consulta a todos os moradores da Resex Riozinho do Anfrísio que se encontravam em suas casas, com gravação das entrevistas, para mapeamento de potenciais benefícios e eventuais ameaças ou prejuízos que a empreitada pudesse acarretar. Na medida do possível, e de forma complementar e mais sintética, buscamos algo similar em entrevistas na Resex do Rio Iri.

Assinalamos, como reiteradamente o fizemos em campo, que a equipe – e aqui falamos em específico dos três pesquisadores que realizaram as entrevistas e assinam o presente relatório – não detém poder algum sobre os meios de efetiva construção da estrada, e que sequer lhe cabia a responsabilidade de originar uma espécie de “veredito” sobre a reabertura ou não da via. O que estava no escopo de nossas atribuições, e que buscamos com empenho cumprir, era a geração e registro do maior volume possível de informações envolvendo a estrada em questão, o que aqui apresentamos.

Assim, estruturalmente, o relatório se inicia com uma contextualização regional da Resex Riozinho do Anfrísio, com desde dados sobre aspectos socioeconômicos da população até uma recapitulação dos conflitos sociais que ali eclodiram nos últimos anos, passando por informações sobre os estágios de implementação da

Resex, bem como os trabalhos que o ISA e outras organizações vêm desenvolvendo na região.

Num segundo momento, apresentam-se mais detidamente, com auxílio de mapas e gráficos, os dados colhidos em campo junto às famílias da Resex, e que expressam as dificuldades hoje encontradas e para as quais se vislumbra a estrada como solução. Como contraponto, discute-se a forma com que a implementação da estrada ocasionou possibilidades para madeireiros e grileiros barganharem acesso e recursos da Resex com a população e de como (frente à massiva demanda pela estrada) isso continua sendo potencialmente possível.

O capítulo seguinte dedica-se a analisar a viabilidade efetiva da estrada. Trata-se de descrever o percurso, sobre uma base de mapas diversificada e que contempla distâncias, variações sazonais, perfil, manutenção, distribuição das opiniões das famílias sobre a estrada etc. Além disso, tece-se uma análise ponderada das vantagens e dos riscos da estrada no que se refere ao custo de transportes e à situação fundiária cercada de conflitos. Finalmente, dados da realidade de outras comunidades da região que dependem de estradas em seu cotidiano permitem projetar quadros comparativos com a Resex Riozinho do Anfrísio.

No **Capítulo 5**, os depoimentos de moradores da Resex, bem como outras fontes complementares, compõem um percurso histórico da estrada de São Paulo, desde seu emprego como trilha de animais de carga para transporte de borracha até o uso que dela se faz hoje, como palco de atividades extrativistas ou via de acesso aos centros urbanos mais próximos.

Por fim, o capítulo de conclusão não abriga, como já alertado, um aconselhamento fechado com relação à estrada. Nesse segmento do relatório, apontam-se o que consideramos como os mais legítimos espaços para essa decisão, o registro de uma oficina em que os dados do relatório foram preliminarmente apresentados à comunidade, bem como alternativas à construção da estrada que poderiam, eventualmente, solucionar alguns dos pleitos apresentados.



2. Contextualização regional



“Se não tivesse criado a Resex, a gente não tava aqui, ou tava aqui trabalhando de empregado.”

Alfredo

“Depois que esse outro pessoal entrou com esse negócio dessas estradas, aí foi que melhorou. Quem primeiro entrou foi o povo do Osmar. Aí foi que começou a melhorar pro povo.

[...]

Eles davam carona pra gente, era rapidinho. [...] De graça, nunca cobraram um centavo.”

Seu Antonio

A Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio teve sua criação decretada em 08 de novembro de 2004¹, mas o processo que resultou em sua formalização pode ser situado alguns anos antes, no bojo do imenso esforço de diversos atores sociais para propor a constituição, na porção do estado do Pará conhecida como Terra do Meio, de um mosaico de unidades de conservação ambiental que visava “o ordenamento territorial e o desenvolvimento sustentável da região”². Esse extenso trabalho de levantamento, sistematização e mobilização, encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente ao ISA em 2002, partia do reconhecimento, a um só tempo, da singular biodiversidade abrigada no território e das ameaças representadas por conflitos e grandes projetos à região, para daí propor ao governo um conjunto de possíveis soluções.

Trata-se de um patrimônio socioambiental raro e surpreendente pelo seu grau de preservação, considerando o contexto regional onde está inserido. Tudo leva a crer que este estado de preservação deve-se, sobretudo, ao papel de amortecimento exercido pelas terras indígenas no entorno da Terra do Meio [...]. Sua integridade, no entanto, está seriamente ameaçada. Os vetores de ocupação descritos neste estudo reproduzem a clássica coalizão de interesses econômicos, responsáveis pela ocupação do sul da Amazônia brasileira, configurando um modelo contínuo e perverso de apropriação e uso dos recursos naturais.³

Neste último decênio que se completa da realização do estudo, o mosaico foi aos poucos se compondo conjuntamente com as Terras Indígenas, tendo sido criados o Parque Nacional do Jamanxim (2006), a Floresta Nacional do Jamanxim (2006), a Estação Ecológica da Terra do Meio (2005), o Parque Nacional da Serra do Pardo (2005), a Floresta Nacional do Trairão (2006), a Área de Proteção Ambiental de Triunfo do Xingu (2006) e as Resex Riozinho do Anfrísio (2004), do Rio Iriri (2006) e do Rio Xingu (2008).

A figura jurídica do mosaico consta do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, em seu Artigo 26:

1. Decreto s/ n° publicado em 09 de novembro de 2004, no Diário Oficial da União, edição 215, seção 1, pp. 08-9.

2. VILLAS-BOAS, A. et al. *Estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003, p. 25.

3. Ibidem, p. 26.

Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. Parágrafo único. O regulamento desta Lei disporá sobre a forma de gestão integrada do conjunto das unidades.

É necessário reiterar, porém, que a simples inscrição na letra da lei de um conjunto de unidades geograficamente próximas não garante, efetivamente, o sucesso da proposta original, que é o de fazer frente a um conflituoso cenário de expropriação, violência e disputa por recursos da região, levado ao mais amplo conhecimento público particularmente após o assassinato da missionária Dorothy Stang, em 2005. Trata-se, portanto, como sói acontecer quando se fala de políticas públicas, de alocação de recursos e planejamento de gestão, como se depreende da avaliação do ISA:

Por tudo isso a Terra do Meio é um desafio à capacidade do Estado brasileiro de formular, coordenar e implantar políticas socioambientais e de ordenamento territorial. O destino da região pode ser uma boa pista para saber se o Poder Público será capaz, nos próximos anos, de proteger Amazônia e colocar em prática uma alternativa sustentável ao modelo de desenvolvimento predatório que nela impera hoje.⁴

Como dito, o trabalho que resultou na proposta do mosaico teve grandes proporções e contou com o envolvimento de diversos movimentos sociais e entidades da sociedade civil. Para os fins deste relatório, é importante identificar e destacar alguns desses atores que desenvolveram atividades mais diretamente nos territórios que hoje correspondem às Resex do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri⁵, e que ainda hoje o fazem com destaque aos olhos dos ribeirinhos. Registre-se que as referidas unidades de conservação, embora tenham sido decretadas há cerca de cinco anos, vêm compartilhando um processo recente de efetiva implantação, com

4. SOUZA, Oswaldo Braga de. "No centro do Pará, um desafio socioambiental ao Estado brasileiro". *Notícias socioambientais*. ISA, 06 out. 2006.

Disponível em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2329>. Acesso realizado em 02 de março de 2011.

5. Embora o presente trabalho diga respeito a uma demanda manifesta na Resex Riozinho do Anfrísio, a proximidade em termos geográficos e de vínculos sociais entre essa Resex e a do Rio Iriri levaram à equipe a estender algumas atividades também à segunda.

a elaboração e consolidação de alguns de seus principais instrumentos de gestão preconizados pelo Snuc, como o Plano de Manejo Participativo, o Plano de Utilização e o Conselho Deliberativo. Nesse sentido, em diagnóstico socioeconômico requisitado pelo ICMBio e datado de 2008, vemos que:

Ao perguntar para os ribeirinhos sobre “quem os ajudou e os ajuda” no processo de desenvolvimento da RESEX as três instituições mais citadas são a FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar, a CPT – Comissão Pastoral da Terra Prelazia do Xingu – e o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis.⁶

A identificação dos principais órgãos e entidades que atuam na área – muitos deles hoje integrantes do Conselho Deliberativo das Resex – nos parece importante porque se espera que o presente estudo possa eventualmente fornecer subsídios para algumas dimensões da atuação dessas entidades, seja para melhor compreensão de uma demanda tão reiterada, como é o caso da estrada, seja para auxiliarem na elaboração de alternativas, caso essa demanda, por decisão da população ou por impedimentos externos, não se realize.

Fundada em 1991, a Fundação Viver, Produzir e Preservar constitui uma organização sem fins lucrativos sediada em Altamira, mas com atuação em cerca de vinte municípios do oeste do Pará, destacadamente nas áreas de articulação de movimentos sociais e auxílio à formulação de políticas públicas para a região. Nas Resex da Terra do Meio, seu trabalho se concretizou na esteira de um de seus programas, o do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA). Segundo apresentação da própria FVPP:

Nos últimos cinco anos o movimento de mulheres teve uma atuação decisiva apoiando a criação das Unidades de Conservação na região da Terra do Meio e as Reservas Extrativistas: Verde Para Sempre e a do Riozinho do Anfrísio, assim como as do Rio Iriri e do Médio Xingu que foram decretadas recentemente. Neste caso, o movimento de mulheres tem atuado em ações de cidadania em favor da população que se en-

6. ICMBio. *Diagnóstico socioeconômico, cadastramento e formação do Conselho Deliberativo da Resex Riozinho do Anfrísio*. Altamira, 2008. p. 91.

7. Texto de apresentação do projeto "Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA)". Disponível em http://www.fvpp.org.br/projetos_detalhe.asp?cod=61&cod_pai=13. Acesso realizado em 02 de março de 2011.

contram nestas áreas, facilitando na retirada de documentos e realizando cursos de formação para estas famílias.⁷ (grifos no original)

Com longa e histórica atuação junto a movimentos sociais camponeses, a Comissão Pastoral da Terra, em sua Prelazia do Xingu, tem contribuído na Terra do Meio com desde a articulação para a criação do mosaico de áreas protegidas até permanentes esforços para ampliação do acesso a infraestrutura por parte dos moradores das Resex, bem como a articulação de atores sociais locais e engajamento para denúncia e resolução de conflitos fundiários.

O Instituto Socioambiental, fundado em 1994 e igualmente notório por seu engajamento na defesa dos direitos de povos indígenas e outras populações tradicionais, também é mencionado por muitos ribeirinhos das Resex Riozinho do Anfrísio e do Iriri como um apoiador no que se refere a acesso a infraestrutura, organização comunitária, mediação junto ao poder público, entre outros. Coordenador de diversos dos estudos que culminaram com a criação de muitas unidades de conservação na Terra do Meio, o ISA mantém um programa que, além de atuar diretamente junto aos povos indígenas do Parque Indígena do Xingu e da TI Panará, também contempla ações referentes a outras unidades de conservação ambiental da região. São linhas do Programa Xingu do ISA na Terra do Meio:

As principais ações são realizadas em parceria com diversas instituições governamentais, não governamentais, associações e comunidades e são voltadas para aumentar a capacidade de interlocução e o protagonismo político dos extrativistas com a sociedade; promover instalação de infraestrutura básica nas Reservas Extrativistas; ampliar a autonomia econômica das comunidades e a capacidade de gestão de suas organizações; promover condições para identificação e registro das práticas de manejo dos recursos naturais tradicionais, além de contribuir para o processo de regularização fundiária nas áreas protegidas.⁸

8. Apresentação do "Programa Xingu" no sítio do ISA. Disponível em <http://www.socioambiental.org/prg/xng.shtm>. Acesso realizado em 02 de março de 2011.

Além das entidades da sociedade civil destacadas pelos ribeirinhos, as Resex Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri são objeto das

atribuições de segmentos diversos da administração pública. É o caso da Prefeitura de Altamira, município sob cuja responsabilidade estão as duas Resex, bem como a Prefeitura de Itaituba, que eventualmente se encarrega da saúde dos ribeirinhos do alto Riozinho, como veremos adiante. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal também realizam ações na Resex. No entanto, o órgão cuja atuação é reconhecida como mais próxima por parte da população é, sem dúvidas, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável direto da gestão das unidades.

2.1 A RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO

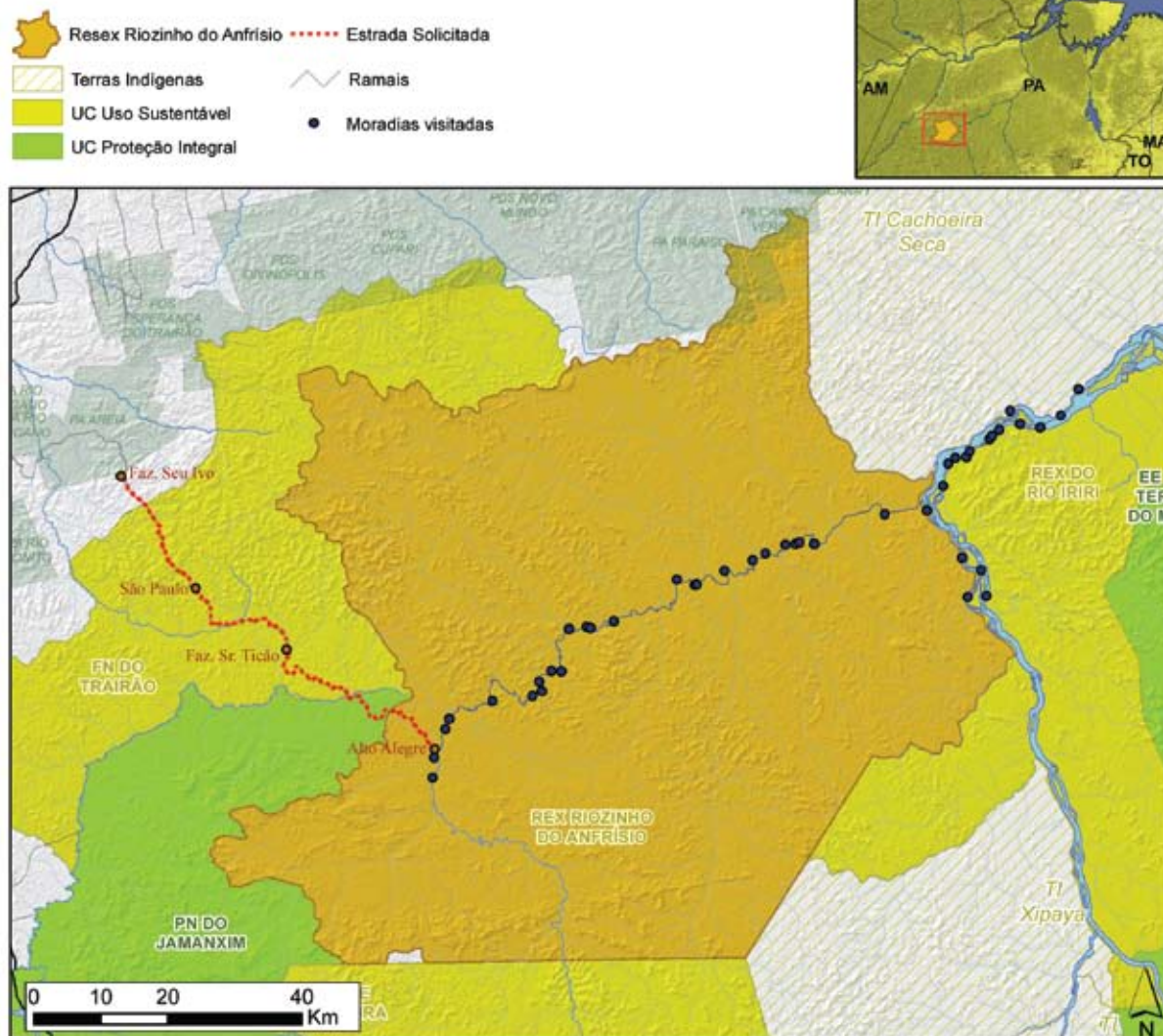
Estendidos pelo município de Altamira, sudoeste do Pará, os limites da unidade de conservação compreendem uma área de 736.340 hectares, situados na bacia do rio Xingu. Uma entre as dezenas de áreas protegidas que constituem o mosaico da Terra do Meio, a Resex Riozinho do Anfrísio limita-se ao norte com o município de Rurópolis, a oeste com a Floresta Nacional de Trairão, a sudoeste com o Parque Nacional Jamaxim, a sul com a Flona de Altamira, a nordeste com a Terra Indígena da Cachoeira Seca, a sudeste com a TI Xipaya e a leste com a Resex do Rio Iriri (**Mapa 2.1**). De acordo com o mais recente cadastramento, a Resex abrigava, em 2011, 57 famílias⁹.

9. ICMBio. Op. cit. p. 08.

No **Capítulo 5**, ao tratarmos das origens da estrada cuja reabertura hoje se demanda, o histórico de ocupação da Resex Riozinho do Anfrísio será retomado. Por ora, note-se que, assim como muitas comunidades amazônidas, a ocupação mais recente da Resex Riozinho do Anfrísio se remete à extração de borracha, na virada do século XIX para o XX, período durante o qual as populações indígenas que habitavam a região se deparam mais intensamente com os povoamentos de trabalhadores emigrados do Norte e Nordeste brasileiro, que vinham abastecer de mão-de-obra os emergentes seringais. Foram décadas de violentos confrontos, que impuseram pesadas baixas a ambos os lados.

Da desagregação dos seringais até os dias de hoje, os descendentes daqueles seringueiros, em cujos grupos foram incorporados – frequentemente por meio da violência – membros das

Estrada Solicitada na Resex Riozinho do Anfrísio



Mapa 2.1 A Resex Riozinho do Anfrísio em relação às UCs do entorno. Elaboração: Juan Doblas, 2011.

populações indígenas, foram compondo um segmento camponês florestal, alicerçado na pequena agricultura consorciada com atividades de caça, pesca, coleta, entre outras. O item a seguir se destina a traçar um quadro sintético e atual de como vive a população da Resex hoje – a qual tipo de infra-estrutura tem acesso, a quais atividades produtivas se dedica, de que forma se organiza e se associa internamente etc.

2.1.1 ASPECTOS INFRA-ESTRUTURAIS E SOCIOECONÔMICOS

A Resex Riozinho do Anfrísio se situa a cerca de 400 km da sede municipal de Altamira, e tem em sua proximidade os eixos viários das rodovias BR-163, a oeste, e BR-230 a norte. Ainda assim, não há acesso entre tais vias e as moradias da Resex, distribuídas em 28

localidades (**Mapa 2.2**) ao longo do rio, o que faz com que o transporte de pessoas e produtos seja feito, quase que em absoluto, por meio de rabetas, voadeiras, em barcos próprios, da associação de moradores ou nos barcos de regatão. Após o incremento da Resex, uma pista de pouso, aberta pelo seringalista Anfrísio Nunes em meados do século XX, e reativada por grileiros e madeireiros que atacaram a região até 2004, foi recuperada e permite atendimentos de emergência médica por meio de aviões monomotores. Ainda que importante, esse serviço ainda é raro, incerto, não regulamentado, caro, ficando o transporte, então, basicamente condicionado aos rios. A efetividade desses meios, como melhor veremos adiante na conclusão deste trabalho, se encontra diretamente afetada pela dinâmica de cheias e vazantes. No verão, quando o Riozinho do Anfrísio tem substantiva diminuição de vazão, diversos trechos se tornam virtualmente intransitáveis por embarcações médias ou grandes durante o período de estiagem, principalmente entre os meses de agosto e novembro.

Até 2008, a Resex Riozinho do Anfrísio não contava com nenhum oferecimento de educação formal dentro de seus perímetros. Hoje, há cinco escolas em funcionamento: nas comunidades de Lajeado, Boa Saúde, Novo Paraíso, Morro e Praia do Anfrísio. O atendimento de saúde aos ribeirinhos por parte do poder público também tem um longo histórico de abandono e precarização¹⁰. Para o atendimento das mais de cinquenta famílias, a Resex conta atualmente uma microscopista e há dois Agentes Comunitários de Saúde que atuam pelo Programa de Saúde da Família (PSF).

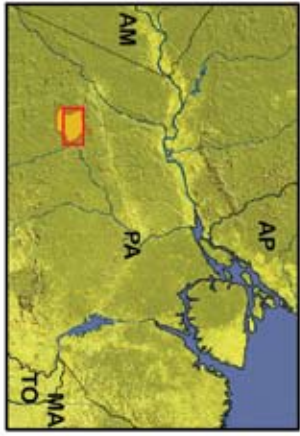
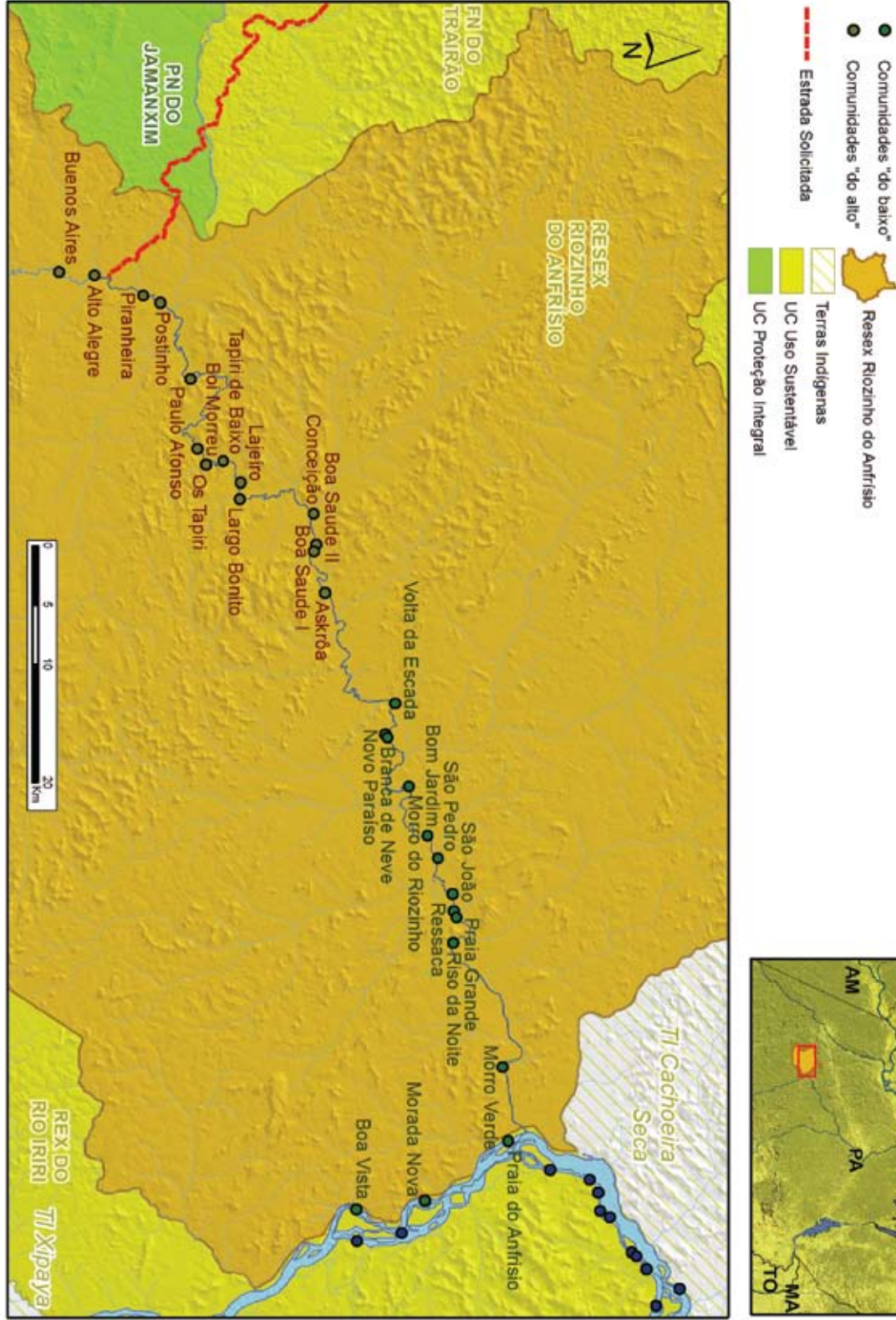
10. Ver SOUZA, Oswaldo Braga de. "Crianças morrem por falta de atendimento na Resex Riozinho do Anfrísio (PA)". *Notícias Socioambientais*. ISA. 26 jun. 2007.

2.1.1.1 Infra-estrutura, cidadania e economia na RESEX

Em diagnóstico encomendado pelo ICMBio (2008), foram registrados alguns itens de infra-estrutura básica e sua distribuição pelas comunidades da Resex Riozinho do Anfrísio. Temos, assim:

Rabetas – as rabetas são encontradas nas seguintes localidades: uma em Buenos Aires, uma no Alto Alegre, duas no Paulo Afonso, uma no Portinho de Cima, uma em Novo Paraíso, uma em Sorriso da Noite, uma em Barra do Vento, uma em Bom Jardim e uma na Praia Grande.

Comunidades da RESEX Riozinho do Anfrísio



Mapa 2.2
Comunidades da
Resex Riozinho
do Anfrísio.
Elaboração: Juan
Doblas, 2011.

Barco comunitário – o barco comunitário se encontra em Bom Jardim.

Rádio amador – existe rádio amador nas seguintes localidades: Portinho de Cima (somente recebe chamadas), Novo Paraíso e Bom Jardim.

Televisão e Antena Parabólica – Somente as localidades Novo Paraíso e Bom Jardim possuem televisão e antena parabólica.

Gerador - Somente as localidades Novo Paraíso e Bom Jardim – de utilização da microscopista - possuem gerador.

Locais para reunião – as localidades Bom Jardim, Morro e Lajeado estão mais estruturadas, possuindo barracões para realização das reuniões.

Local para pouso de helicóptero – é possível pousar helicópteros nas seguintes localidades: Portinho de Cima, Lajeado, Boa Saúde I e II, Novo Paraíso, Bom Jardim, São Pedro, Praia Grande, Barra do Vento, Praia do Frizan.

Pista de avião – a localidade Praia do Frizan possui uma pista de pouso, que foi utilizada em 2006. Atualmente a pista encontra-se em condições precárias, pois foi tomada pela planta espinhosa rabo de camaleão necessitando assim de limpeza para um eventual uso.

Poço Artesiano – a localidade Bom Jardim possui poço artesiano, mas o mesmo está desativado por falta de um gerador adequado ou bomba manual.¹¹

11. ICMBio. Op. cit., p. 67-8.

Além do apoio para obtenção de alguns itens de infra-estrutura básicos, como os listados acima, entre 2008 e 2010, em termos de gestão, a Resex contou com apoio para formação de seu Conselho Deliberativo, elaboração de seu Plano de Uso, revisão de seu Plano de Manejo e legalização da Associação de Moradores. Além disso, foram desenvolvidos estudos e implementados projetos relacionados a geração de renda, como para produção de óleo de copaíba, extração de borracha, castanha-do-Brasil, entre outros

produtos florestais não madeireiros.

Na expedição realizada por esta equipe em dezembro de 2010, em busca de atualização desse quadro, solicitamos aos moradores uma avaliação da situação de vida após a implementação da Resex, particularmente no contexto dos projetos de infra-estrutura implementados, como os citados acima.

No conjunto dos relatos, tomando o advento da Resex de modo geral, observaram-se algumas diferenças das opiniões dos moradores do alto e do baixo Riozinho. Entre os primeiros, embora a maioria das avaliações tenham sido positivas, alguns se mostraram mais desconfiados ou mesmo descontentes com aspectos restritivos da unidade de conservação, como seu Antonio*, que criticou a proibição dos garimpos e a forma de gestão do território: “Cada qual com o que é seu, não com a terra que é do Governo”. Já entre os moradores do baixo Riozinho, muitos caracterizaram a Resex como a garantia de sua permanência na terra. Alfredo entende que a criação da UC foi feliz ao interromper com a atuação de grileiros na área: “Se não tivesse criado a Resex, a gente não tava aqui, ou tava aqui trabalhando de empregado”. Entendimento análogo tem Joaquim: “Foi bom porque eu não saí de onde eu vivo, de onde eu moro. Se não tivesse existido a Resex, hoje eu não existia aqui”.

* Todos os depoimentos de moradores da Resex Riozinho do Anfrísio citados são atribuídos a nomes fictícios, para resguardar a identidade de seus autores.

Essas avaliações poderão ser melhor compreendidas à luz da recuperação histórica que se faz adiante neste capítulo, sobre os conflitos relativamente recentes na região da Resex envolvendo grileiros e madeireiros, bem como as formas de atuação desses grupos no contexto das diferenças socioeconômicas entre as porções do Riozinho do Anfrísio.

Com relação às modificações na infra-estrutura das localidades, advindas da implementação da Resex e do apoio das instituições parceiras, podemos identificar alguns consensos – e também algumas divergências. O oferecimento de ensino formal com a construção de cinco escolas na Resex é, sem dúvidas, objeto de diversos elogios ao longo de toda a Resex. “Eu não tive a oportunidade que meus filhos estão tendo”, disse Roberto. Em compensação, a saúde ainda é fator de profundo descontentamento. Embora um ou outro morador mencione o trabalho da microscopista,

atuante desde 2007, a população da Resex é quase unânime em afirmar que esse é um campo extremamente fundamental que pouco avançou nos últimos anos.

A comunicação, interna e externamente à Resex, também foi apontada como um aspecto aprimorado nos últimos anos, com a distribuição de rádios-amadores em diversas localidades. No entanto, por se tratar de um equipamento cuja instalação é individualizada nas casas dos moradores, houve críticas por parte de algumas pessoas aos critérios de distribuição na Resex, bem como ao regime de acesso aos equipamentos. Isso apareceu também quando foi avaliada a distribuição dos motores-rabeta comunitários. Em ambos os casos, muitos moradores demonstraram entender esses instrumentos como benefícios direcionados a determinadas famílias, e não como aparatos de infra-estrutura da Resex. “Eu não tenho nada à custa da reserva”, disse Mário. Roberto afirma que também “nunca ganhou nada, nem motor, nem rádio”.

Muitos ribeirinhos declaram não conhecer as atividades desenvolvidas pela Associação de Moradores. Em alguns casos, sua atuação foi alvo de críticas. Seu Januário, por exemplo, acredita que a entidade é “fraca”, pois acha que deveria haver mais encontros entre os comunitários. “Só tem reunião quando vem gente de fora”, avalia. Além disso, faltaria empenho na circulação de informações importantes, como os projetos de geração de renda e afins.

A propósito de informações sobre projetos, vale registrar que por diversas vezes ouviu-se a caracterização do ISA como divulgador e realizador de muitos deles, como o rádio, “que foi o ISA que deu”. “Hoje tem coisa que ninguém nunca via – motor, rádio, farinha”, avalia João Pedro, e completa: “o ISA dá uma força muito grande aqui dentro”. Essa menção explícita ao Instituto expressa um reconhecimento do que já foi feito ao mesmo tempo em que nos remete às condições de realização da pesquisa para este relatório, já que muitos podem ter acabado nos identificando como membros da organização (ou mesmo com alguma esfera do poder público), e consequentemente superdimensionado nossa capacidade de intervenção na realidade da Resex. Elogiar explicitamente os projetos, associando-os ao instituto, seria uma forma

de buscar reafirmar o compromisso com a manutenção e ampliação desses projetos. Buscando efeito semelhante, mas de forma simetricamente inversa, houve quem fosse veemente em pintar um cenário extremamente negativo da vida na Resex. José, um morador do alto Riozinho, por exemplo, foi extremamente categórico em afirmar que com a Resex só houve piora. Questionado sobre a escola, que seus filhos hoje frequentam, sua caracterização foi a de que “tem uma porcaria aí embaixo”. Assim, esse tipo de discurso acaba constituindo, muitas vezes, uma forma de reivindicação mais do que uma avaliação objetiva e franca da situação em questão. Afinal de contas, na Resex como em qualquer outro lugar, ocorre como diz seu Claudemir: “A vasilha do ‘ter’ nunca enche...”.

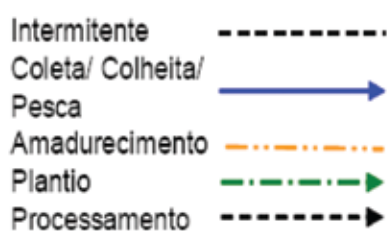
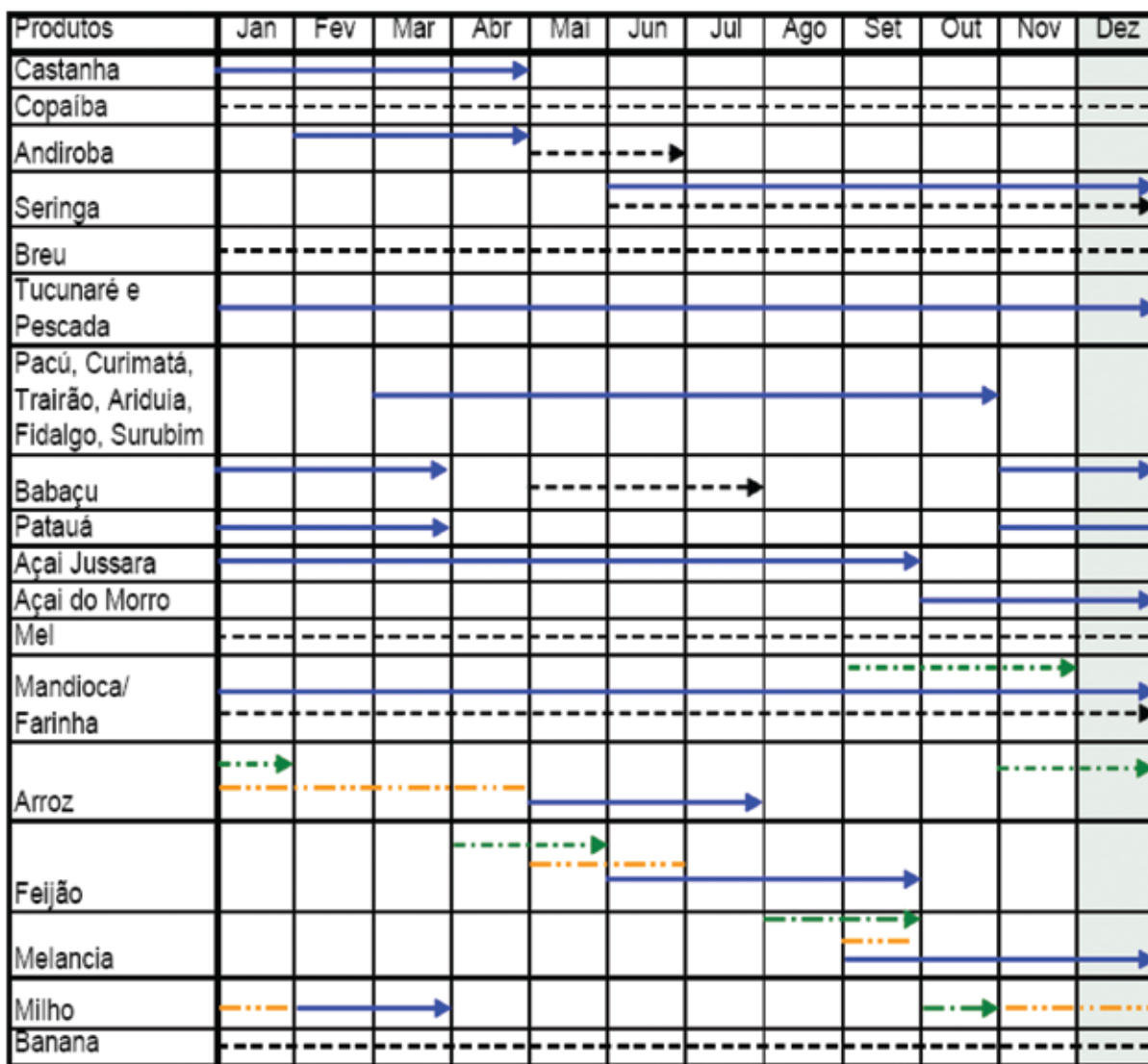
2.1.1.2 Meios de vida e geração de renda

A produção dos meios de vida para a população da Resex Riozinho do Anfrísio se faz em torno de uma combinação de atividades agrícolas e extrativistas, neste último caso relativa tanto a recursos vegetais quanto animais. O principal produto das lavouras da Resex é a mandioca, que divide espaço com culturas variadas, como o arroz, o feijão, a macaxeira, o milho, a banana, a melancia, a batata, as favas, a abóbora, o cará etc. Dessa ampla gama que abastece as mesas dos ribeirinhos, estão mais sujeitas a comercialização, sempre em função das necessidades das famílias, a farinha de mandioca, o milho em espigas e, eventualmente, o arroz.

Diante desse quadro, é possível compreender por que a agricultura não constitui precisamente a principal fonte de renda na Resex, ainda que seja uma parte fundamental da produção dos meios de vida, ao lado da pesca e da caça. Isso porque, quando se fala em fonte de renda num segmento camponês florestal, como é o caso, está-se pensando em meios pelos quais as famílias obtêm a monetarização que lhes permita acessar bens industrializados.

Assim, segundo o último diagnóstico socioeconômico realizado¹², a atividade que ocupava o primeiro lugar como principal fonte de renda das famílias da Resex Riozinho do Anfrísio era o extrativismo, responsável por 58,5% da renda geral. Dentre os produtos extrativistas, a castanha-do-brasil figura no topo do

12. Ibidem, p. 71-3.



ranking, seguida mais de longe pelo óleo de copaíba, o peixe, o óleo de andiroba, o mel, a seringa e o breu. A distribuição dessas atividades ao longo do ano pode ser vista na reprodução do calendário produtivo da Resex, no **Quadro 2.1**.

Neste ponto, cabe registrar algumas visões sobre o impacto de projetos de geração de renda, cujo desenvolvimento tem ocorrido nos últimos três anos, tem tido na vida dos moradores da Resex, a partir de depoimentos tomados em 2010. Dentre os programas

Quadro 2.1 Calendário produtivo da Resex Riozinho do Anfrísio
Fonte: ICMBio, 2008.

específicos de apoio ao extrativismo, como o ligado à extração de castanha, andiroba, copaíba e borracha, os últimos dois foram os mais mencionados pelos moradores da Resex, com destaque evidente para o projeto da seringa. Isso não quer dizer que todas as menções tenham se dado em contexto de aprovação incondicional. Na realidade, a maior parte dos moradores com conhecimento ou experiência direta com o projeto apontou questões a serem trabalhadas para que se obtenha sucesso. Embora se reconheça o preço relativamente atraente pago pelo produto, muitos deles apontaram inseguranças sobre a forma de operacionalização do transporte da produção até Altamira. Afonso conta, por exemplo, que foi esse o motivo pelo qual “entrou e saiu bem logo” do projeto da seringa. Mário avaliou o preço pago pelo produto muito baixo em relação ao frete: “Não dá para mim”. Em contraponto, e de forma esperada, para o regatão de Hélio, o projeto foi bem-vindo. Para outros, também, muitos dos quais já trabalhavam com a extração de seringa antes dos projetos, o apoio foi interessante. Foi a avaliação, por exemplo, de Alfredo, de Sérgio, e dos irmãos Romeu e Ramiro. Este último declarou, inclusive, que se não estivesse envolvido no projeto de extração da borracha, muito provavelmente teria procurado emprego junto às madeireiras da região, para quem já trabalhou em outros momentos: “Não estou trabalhando nesse rumo aí porque eu estou cortando seringa, mas se eu não tivesse cortando seringa, eu tava pr’esses bem aí, ó”.

Em 2008, um segmento de 14% da população também mencionou receber dividendos oriundos de salários ou aposentadorias, responsáveis por 30,1% da renda geral da Resex. A porcentagem restante advém da venda de produtos da agricultura (9,7%) e de atividades de garimpo (1,7%).¹³

13. Ibidem, p. 71

É importante ressaltar que esses dados constituem uma média geral da Resex Riozinho do Anfrísio, mas que uma análise mais pormenorizada permitirá observar uma clivagem no que se refere à situação socioeconômica e de infra-estrutura da população da unidade de conservação, particularmente plasmada na localização geográfica das famílias: aquelas que habitam a parte mais baixa do Riozinho do Anfrísio, as que ocupam a parte média e as que se estabeleceram no alto do rio. Mais do que curiosidade es-

tatística, essa desigualdade – que tinha origens históricas e acentuadas por ocasião da criação da UC – vem desenhando ao longo dos últimos anos um cenário de disputas, agravadas por atores externos e que se inscreve no contexto conflituoso da região como um todo. É disso que trata o tema a seguir.

2.2 OS DE CIMA E OS DE BAIXO

Cinquenta e sete famílias ribeirinhas, uma única unidade de conservação. Entre as localidades extremas da Resex Riozinho do Anfrísio – Buenos Aires e Praia do Anfrísio – correm 144 quilômetros de margens pontualmente ocupadas, ao longo dos quais a paisagem pode pouco mudar, mas uma série de circunstâncias resulta em realidades socioeconômicas relativamente diversas.

Se o conhecimento tradicional acerca da floresta e de como dali extrair sustentadamente os meios de vida é algo que marca a população da Resex como um todo, o rio se oferece mais facilmente a uns que a outros no que se refere às possibilidades de transporte – e transporte fluvial numa comunidade ribeirinha é também comércio, saúde, educação. Nesse quadro, é grande a importância dos regatões, que possibilitam aos ribeirinhos a troca de seus produtos por bens industrializados. Além disso, aos trabalhadores assalariados da Resex, que se apresentam mais frequentemente nas cidades, é possível acessar esses bens industrializados sem a mediação do regatão, o que proporciona vantagens econômicas, já que o sistema de troca implica em preços mais altos pelos produtos.

Ora, o que produziria, então, a relativa desigualdade socioeconômica entre as famílias de dadas regiões da Resex Riozinho do Anfrísio e em qual proporção ela se dá? Como vimos, a venda ou troca de produtos extrativistas responde por parte significativa da renda auferida na Resex, bem como a parcela oriunda de salários. Assim, segundo diagnóstico de 2008 (ICMBio), o baixo Riozinho concentrava maior número de trabalhadores assalariados do que as porções média e alta. Além disso, devido à pouca vazão do rio, a região do alto Riozinho, já relativamente mais dependente dos regatões, vê esses instrumentos escassearem durante um longo período do ano, dificultando o escoamento de sua produção e, con-

sequentemente, seu acesso a bens industrializados. Em 2010, a equipe observou que pouco mudou nessa situação. Seu Januário, morador de Alto Alegre, no alto Riozinho, relatou que no segundo semestre do ano os regatões desaparecem. Naquele início de dezembro de 2010, quando realizávamos o trabalho para este relatório, o morador contava já não dispor mais de sal, uma vez que não tinha tido a oportunidade de comprá-lo nos barcos ou de arcar com o peso de carregá-lo nas costas, pela variação da estrada do São Paulo. Situação análoga encontramos na casa de dona Clarice, da localidade vizinha do Postinho, em cuja mesa não se encontrava arroz havia algum tempo, dado que a encomenda de alimentos que fizera ao regatão em julho daquele ano ainda não tinha sido entregue. Nos **Gráficos 2.1 e 2.2**, temos a distribuição da renda na Resex dividida entre os três segmentos geográficos, com e sem a consideração dos salários.

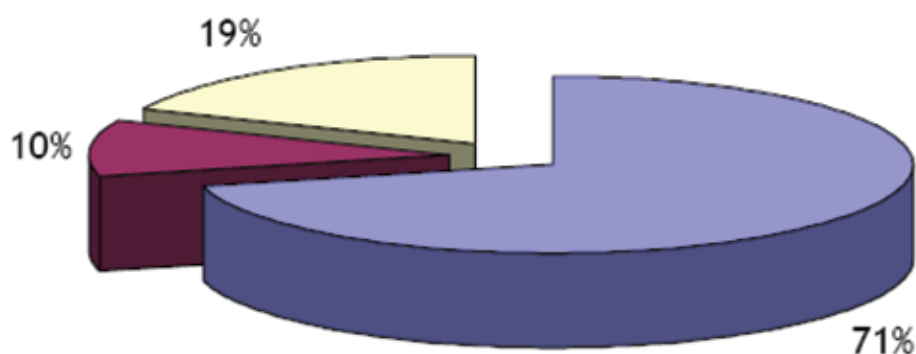


Gráfico 2.1 Distribuição de renda por região – com assalariados
Fonte: ICMBio, 2008

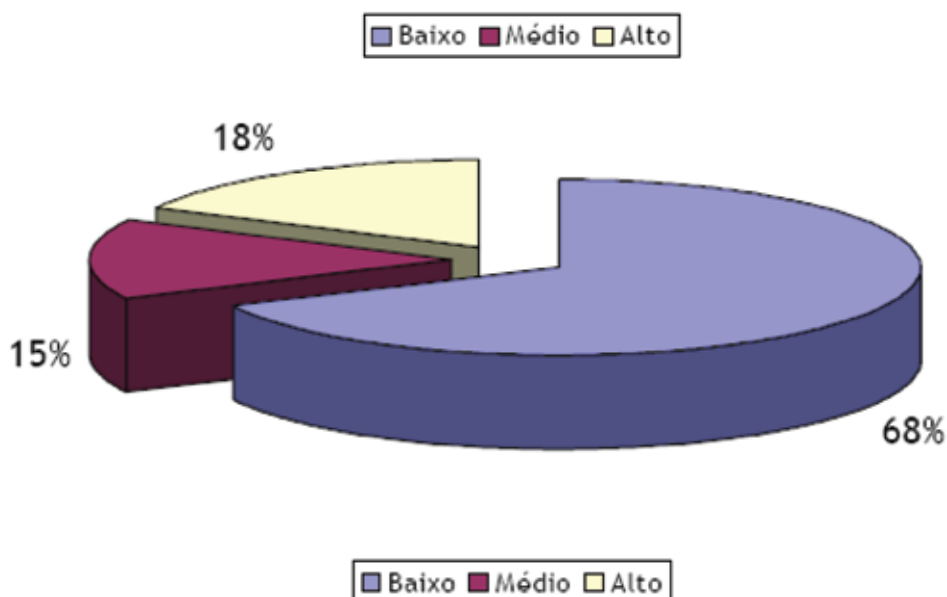


Gráfico 2.2 Distribuição de renda por região – sem assalariados
Fonte: ICMBio, 2008.

Quando se fala em divisão do Riozinho do Anfrísio entre parte alta e baixa, porém, não é a distribuição de renda o aspecto imediatamente mencionado, mas uma oposição política suscitada por conflitos recentes em torno da utilização dos recursos e da gestão do território, e que envolvem outros atores sociais que não exclusivamente as famílias da Resex. Resgataremos a seguir o histórico dessa disputa, na esteira da apresentação acima da distribuição de renda, para explicitar a forma com que fatores socioeconômicos subjacentes emergiram, no discurso de variados grupos, como fatores morais, reduzindo um complexo conflito político a uma maniqueísta batalha entre os “do bem” e os “do mal”.

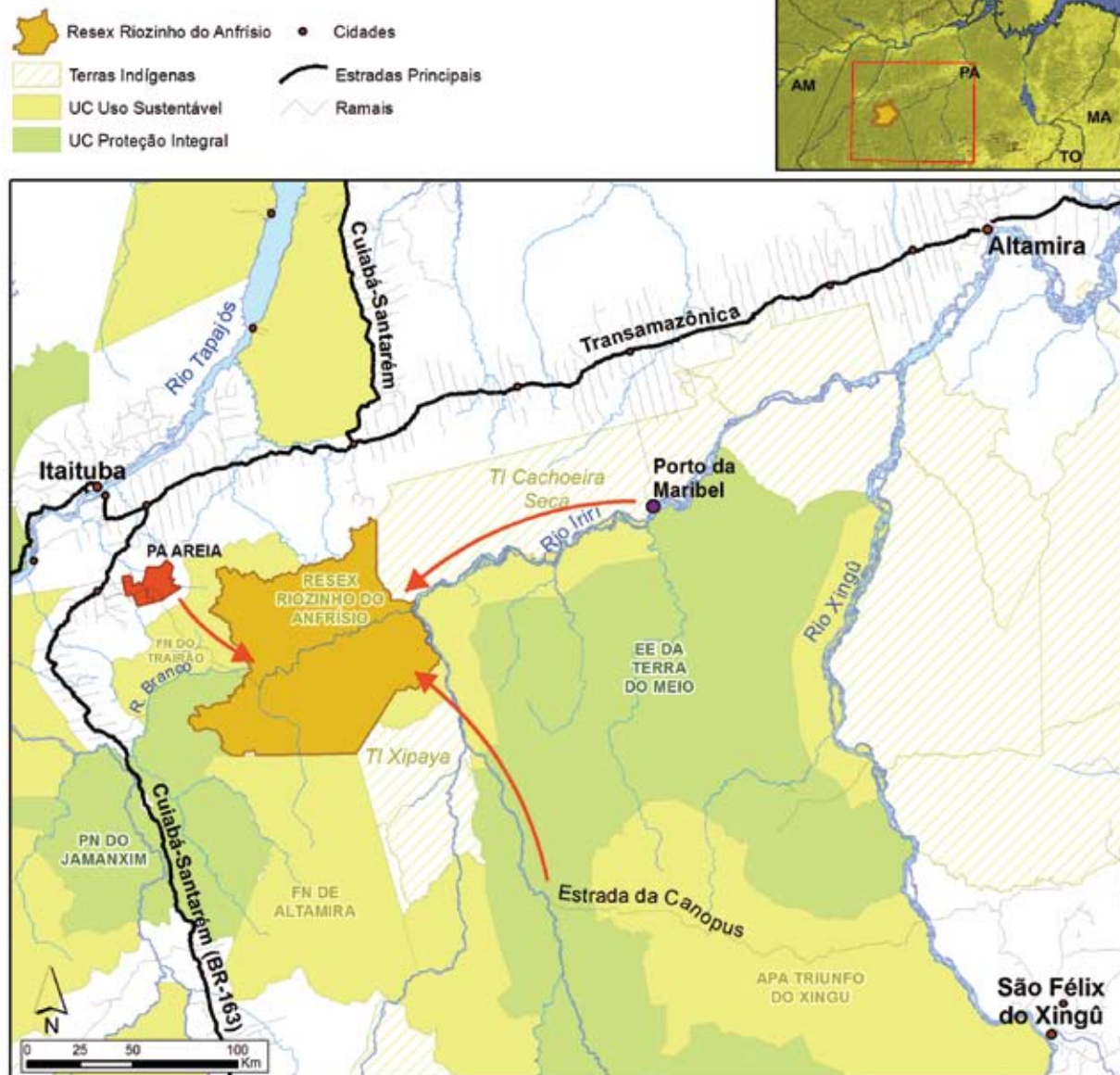
Os moradores do Alto Riozinho contam que a exploração de madeira na região começou ainda na década de 1990. Vivia-se a “febre” do mogno e, na busca por essa espécie, alguns moradores foram contratados para prospectar a madeira e outros, ainda, foram consultados e contratados para a construção da pista de pouso conhecida como “do Formiga”. O grande argumento utilizado pelos madeireiros para conseguir pacificamente a permissão dos ribeirinhos para essa invasão em seu território era o de que tanto a atividade quanto a pista de pouso trariam inúmeros benefícios aos moradores.

Foram três grandes vetores de entrada de madeireiras:

- 1) Projetos de Assentamentos Areia 1 e 2;
- 2) Porto da Maribel (antiga madeireira Bannach);
- 3) São Félix do Xingu, via Estrada da Canopus.

Na esteira da exploração madeireira que chegava ao ápice na primeira metade da década de 2000, vinha a grilagem com pretensões de proporções inacreditáveis. Assim como as madeireiras, as frentes de grilagem eram basicamente as mesmas. Além disso, tanto em um caso como em outro, a população da região do Alto Riozinho foi a mais exposta aos que chegavam, com mostra o **Mapa 2.3**. Além das frentes que figuram no mapa, é importante mencionar a frente de ocupação que se delineia pelo município de Rurópolis, pelos projetos de assentamento Paraíso e Campo Verde. Relatos e evidências oriundas de imagens de satélite apon-

Frentes de penetração de grilagem



Mapa 2.3 Frentes de penetração da grilagem.
Elaboração: Juan Doblas, 2011.

tam indícios graves de grilagem e devastação. A investigação dessa frente esteve fora do escopo deste trabalho, mas é premente a necessidade de maiores estudos nessa região.

Diversos estudos elaborados por ocasião da criação da UC registram uma situação de cooptação de ribeirinhos por madeireiros e grileiros. Isso sempre foi viabilizado por meio de algum “atendimento social”, suposta e aparentemente ofertado pelos grupos que chegavam. Entre esses “serviços”, segundo estudo elaborado em 2008, as estradas e outros meios de deslocamento tinham lugar de destaque:

No Noroeste [da Resex] foram abertas duas estradas para o transporte de equipamentos e suprimentos e também para o transporte de madeira para a serraria Quatro de Paus, na proximidade dos assentamentos Areia I e II, próximo de Trairão e Itaituba. Uma estrada sai de aproximadamente 3 km do Riozinho do Anfrísio (próximo à localidade Palhal), contornando o igarapé Palhal, passando pelos assentamentos Areia I e II e continuando para a BR-163 (Cuiabá-Santarém). Nessa estrada encontra-se a sede da AGRONESP, que comprou terras de alguns moradores da região entre 2003 e 2004. Nas margens do Riozinho ainda se encontram pequenas placas azuis em árvores, que indicam a região adquirida por essa empresa.

Outra estrada construída, conhecida como São Paulo, termina a 1100m do Riozinho do Anfrísio, próxima ao igarapé Ferventado, passando pela FLONA do Trairão e pela fazenda Santa Cecília, se juntando à estrada que vem do Palhal e seguindo para a BR- 163. Ambas as estradas estão atualmente tomadas pela capoeira e pela mata. Porém, a estrada São Paulo está sendo parcialmente mantida pelos moradores da região, que se reuniram no início de 2007 para limpá-la (serviço que levou por volta de 40 dias), pois este é o principal acesso deles à cidade mais próxima, Trairão. Estas estradas foram abertas por Osmar Ferreira. Primeiramente foi feito o trecho que chega até o Rio Branco e posteriormente, em agosto de 2004, foi aberta a área do Rio Branco até próximo à beira do Riozinho. Tanto a estrada São Paulo quanto a do Palhal eram antigamente (por volta de 1940) utilizadas para transporte feito com animais, ligando as localidades às cidades próximas para satisfazer às necessidades de comercialização e saúde. Serviram para o escoamento de madeiras como ipê, jatobá e cedro, até novembro de 2004, quando a Reserva foi criada.

Na região onde a estrada cruza o limite da Reserva, próximo aos assentamentos Areia I e II, há uma fazenda chamada Primavera, que chega a ocupar uma área dentro da Reserva e que também foi um importante vetor de saída de madeira da Reserva. A região representa hoje em dia um dos principais pontos vulneráveis da RESEX.¹⁴

14. Ibidem, p. 84.

A tomar pelos relatos, a chegada das madeireiras à população do Riozinho do Anfrísio seguiu um protocolo bastante comum: o do favor. Como sempre, prometiam às comunidades serviços públicos, o que mais lhes faltava. Como a ausência do Estado é o grande vazio a ser aproveitado, atacavam o calcanhar de Aquiles das carências do grupo: transporte e empregos. Um procedimento, aliás, muito parecido com o de máfias do mundo inteiro. A nem todas as comunidades a pressão e as ofertas dos grileiros chegaram da mesma forma e, naturalmente, nem todas se deixaram aliciar. As do Baixo Riozinho, por exemplo, reagiram às ofertas.

A entrada de grileiros e madeireiros com a “convivência” de moradores das beiras do Riozinho do Anfrísio parece ter sido o embrião de um dos maiores pólos formadores de tensões. É preciso entender que, como é contumaz à grilagem, o confronto direto com a população ocupante da área é sempre evitado, deixando-se o emprego da violência explícita para quando os grupos já estão demasiado divididos e enfraquecidos. Isso foi notado em diagnóstico elaborado em 2008:

Percebe-se a existência de certo respeito e troca entre grileiros e ribeirinhos. Os grileiros ganhavam dos ribeirinhos a mão de obra barata, o direito à terra, que era comprada ou grilada, e o silêncio com relação às invasões. Essa conquista do silêncio se comprova em diferentes casos ocorridos, nos quais os grileiros mudaram de plano/ rota ao se depararem com algumas insatisfações dos moradores. No caso da localidade Estapiri, ao receber a reclamação do morador local sobre a invasão de seus castanhais, o gerente da picada desviou o percurso sem maiores discussões.¹⁵

15. Ibidem, p. 85.

Como dito, é comum que, na tentativa de cooptação das comunidades, além de garantirem sua entrada, os madeireiros também trabalhem para a desarticulação entre elas¹⁶. No Riozinho do Anfrísio, ao que registram os estudos, parece que lograram êxito e essa divisão tomou contraste por ocasião da criação da Resex:

Em relação à criação da RESEX, os principais conflitos existentes entre as famílias foram gerados pelo interesse na permanência dos grileiros e, com isso, a possibilidade de benefi-

16. Cf.: TORRES, Maurício. “A Pedra Muiraquitã: o caso do rio Uruará no enfrentamento dos povos da floresta às madeireiras na Amazônia”. *Revista de Direito Agrário*, Brasília: NEAD-MDA; Incra; ABDA, ano 20, n. 20, 2007. p. 93-124.

ciamento mais imediato dos que estavam vendendo terras e trabalhando para esses grupos. Em alguns depoimentos fica evidente que quando os grileiros estavam “dominando” o Riozinho do Anfrísio, muitas famílias pararam de trabalhar nos seus sistemas de produção, isto é, não colocavam roças e nem coletavam os produtos da floresta, ficando dependentes dos recursos provenientes da grilagem (Rocha *et al.*, 2005).

No entanto, essa relação era questionada por algumas famílias que perceberam o sistema de aliciamento e pressão que estava em torno da grilagem e começaram a denunciar. Essas manifestações acirraram o conflito entre as famílias e, atualmente, existe uma cisão entre as famílias do Alto e do Baixo Riozinho do Anfrísio. Esse distanciamento aumentou após a criação da RESEX, principalmente devido ao pouco contato do IBAMA com as famílias do alto riozinho, e foram constatadas situações de “revanchismo” entre localidades, famílias e lideranças.¹⁷

A cooptação de ribeirinhos por grileiros, entretanto, não é algo tão linear e fácil de ser compreendido e, muito menos, passível de ser posto numa linha maniqueísta de “bons” e “maus”, dos “bons ribeirinhos” do Baixo Riozinho do Anfrísio, que resistiram aos grileiros, *versus* os “maus ribeirinhos” do Alto, que trabalharam a soldo dos grupos de grilagem.

Sim, parte da população das comunidades do Riozinho pôs-se a defender a atividade de madeireiras e grileiros. De uma parcela, essa inclinação se explicaria por serem ribeirinhos empregados por estes grupos. Porém, apenas isso não explica a adesão de várias famílias à operação de madeireiros e grileiros que os expropriavam e que, claramente, lhes privam de seu direito à terra. Há, então, que se entender contextualizadamente a posição vinda de uma gente que sempre viveu em um mundo regido pelas relações de favor e de tutela (aliás, o que está longe de ser uma peculiaridade da região, ou da Amazônia); uma gente a quem qualquer cidadania nunca foi apresentada como direito, mas como concessão e benevolência que, mesmo feitas pelo Estado, provinham dos préstimos pessoais do governante. Uma gente a quem as relações trilham a forma da dependência e do favor, “fazendo da violência

17. SILVA, Paulo Amorim da. *Contextualização sócio-ambiental da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio: um estudo de caso* – Altamira, PA / Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais). Manaus: UFAM, 2007. p. 70.

18. CHAUÍ, Marilena.
Conformismo e resistência:
aspectos da cultura popular
no Brasil. 1. ed., 6. reimp., São
Paulo, Brasiliense, 1996. p. 54.

simbólica a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do ‘caráter nacional’”.¹⁸

É preciso, portanto, entender a opção dos ribeirinhos do Alto Riozinho de se deixarem cooptar mais como uma estratégia política de sobrevivência do que como ato de caráter moral. Não seria impossível que, se a entrada de madeireiros e grileiros se tivesse iniciado pela foz do Riozinho do Anfrísio, a situação de adesão a esses grupos fosse inversa.

Gestões anteriores da Resex, ainda por administração do Ibama, parecem não ter compreendido a situação e agido de acordo. Segundo relatos dos ribeirinhos (que coincidem com narrativas da antiga gestora), episódios como o da obrigatoriedade imposta da implantação de placas de sinalização da unidade de conservação na frente de certos moradores geraram uma resistência ainda maior da população do Alto Riozinho do Anfrísio em relação à Resex. Pode-se entender que, de forma infeliz, também a administração da UC distinguia aquela população em “amigos” e “opositores”.

Isso, de forma muito marcante, ecoa ainda hoje. E, ainda hoje, ouvimos falar do “tempo dos grileiros” com certo saudosismo e referência de que aquele tenha sido o tempo em que – de fato – houve “atendimento público”. Pela fala de seu Antonio, por exemplo, observamos como esse “atendimento” sempre esteve também intrinsecamente vinculado às possibilidades de melhoria no transporte viabilizadas pelas estradas para retirada de madeira, como dito acima:

Depois que esse outro pessoal entrou com esse negócio dessas estradas, aí foi que melhorou. Quem primeiro entrou foi o povo do Osmar. Aí foi que começou a melhorar pro povo. [...] Eles davam carona pra gente, era rapidinho. Ia e no outro dia estava em casa, de volta. [...] De graça, nunca cobraram um centavo.

Durante os trabalhos de campo, muito se aventou sobre a possibilidade de alguns moradores do alto Riozinho do Anfrísio continuarem a manter uma relação com madeireiros na qual os pri-

meiros permitir-lhes-iam a entrada no perímetro da Resex e os segundos lhes proviessem de transporte e empregos. Porém, pode-se inferir que, se tal exploração ocorre, conta com, ao menos, a ciência dos ribeirinhos do Alto Riozinho.

Nada coletado em campo foi conclusivo nesse sentido. Porém, uma análise aprofundada das imagens de satélite recentes disponíveis (satélites Landsat, CBERS e ALOS) detectou alterações recentes (setembro de 2010) na cobertura florestal da área estudada, evidenciando feições possivelmente originadas em processos de extração seletiva de madeira, sem corte raso de vegetação (cf. figuras no capítulo Conclusão)¹⁹.

Durante o trabalho de campo, várias fontes distintas narraram uma informação uníssona no sentido de afirmar que a exploração de madeira na área entre o Riozinho do Anfrísio e o PA Areia continua e com a cooperação de alguns dos moradores do Alto Riozinho. Os possíveis ramais e outras feições de degradação florestal detectados com ajuda das imagens de satélite reforçariam a hipótese da existência de exploração atual de madeira dentro da Resex, sem aclarar, obviamente, se essa exploração está sendo realizada com ou sem a ajuda dos moradores da reserva.

Para além de dizer se esse fato ocorre ou não, algo fora do escopo deste trabalho, importa registrar dois pontos ainda mais importantes pelo seu caráter sistêmico:

1. A face oeste da Resex Riozinho do Anfrísio é de acesso fácil à abundante atividade de extração criminosa de madeira e está completamente fora de controle da gestão.

Não que este fato aponte qualquer inoperância ou negligência da gestão, mas é fato que, dentro dos recursos físicos e humanos com que os servidores da Resex contam, o monitoramento do que ocorre às costas dos moradores, a oeste do Riozinho do Anfrísio, é completamente ausente.

O fato é ainda mais grave, pois a atividade criminosa de madeiras no PA Areia (porta de entrada para os ramais madeireiros que avançam sobre a Resex) é algo sedimentado e que, há quase uma década, vence a queda de braço contra as ações de fiscalização. Diversas vezes a madeireira instalada no assentamento foi fechada e sempre reabriu com outra fachada formal. Segundo os

19. As imagens Landsat e CBERS não aportaram informação clara sobre degradação florestal, por serem de resolução insuficiente (caso das imagens Landsat) ou por excessiva cobertura de nuvens na área analisada (imagens CBERS). As alterações mencionadas foram visualizadas em imagens fornecidas pelo satélite ALOS, sensor PRISM, de alta resolução (10 metros) após processamento específico (subtração do 2º e 3º principal componente).

moradores do PA Areia, quem administra hoje a madeireira lá instalada é um morador de Trairão conhecido por Django.

A exploração da região é antiga, o que faz supor que a madeira mais próxima à sede da madeireira esteja esgotada, justificando que se avancem às matas mais bem preservadas da Resex Riozinho do Anfrísio.

Tanto física, como administrativamente, a gestão da Resex, em Altamira, é distante do que se passa na fronteira oeste da Resex. Para a gestão alcançar o Alto Riozinho, a atual via é fluvial, o que torna inviável – nas atuais condições de infraestrutura – que o monitoramento dessa faixa (terrestre) aconteça.

2. Os moradores do Alto Riozinho permanecem à mercê da co-optação dos madeireiros para acessarem atendimento a algumas necessidades básicas.

Sem afirmar que a associação entre ribeirinhos e madeireiras esteja ocorrendo, é inegável o fato de que, para a população mais a montante do Riozinho do Anfrísio, essa seria uma opção para terem condição, por exemplo, de salvar um filho picado por uma cobra. Ou, mesmo, ter acesso a produtos de consumo básico que não chegam no período de seca.

Isso, somando-se ao fato de haver uma governança frágil da região por parte do ICMBio, torna a situação bastante favorável aos interesses – sempre muito grandes – das madeireiras na região.



**3. A vida sem estrada e
as expectativas do que se
resolveria havendo uma estrada**



“Até um tempo desses aí
atrás, morreu dois filhos meus
por falta de recurso. No caso,
se tivesse uma estrada, eu
acharia que tinha como ter
chegado até a cidade. Podia
morrer, porque da morte
ninguém se livra, mas morria
tendo recurso.”

Roberto

Mortalidade infantil, produtos da roça, laços de parentesco. Educação, alimento, lazer. O que teriam em comum essas e outras tantas preocupações prementes na Resex Riozinho do Anfrísio? Conversando com seus moradores, aprendemos que a questão do transporte, de forma geral, constitui freqüentemente um gargalo a dificultar o encaminhamento de uma série de problemas cotidianamente enfrentados na Resex.

Nesse sentido, somos levados a refletir conjuntamente: *para quê* uma estrada? Para *quê esta* estrada? No capítulo anterior, vimos alguns dados sobre as condições em que vivem as famílias do Riozinho, e vimos que essas condições podem mudar dependendo da região do rio que se habita. Neste capítulo, resta saber de que forma essas narrativas sobre as condições de vida se cruzam com os anseios face à reabertura de uma estrada como a do São Paulo.

Os motivos são vários, mas dois deles são presença garantida em praticamente todas as falas: saúde e comércio melhorariam com a estrada, com uma saída de doentes para a cidade e uma possibilidade alternativa de escoamento de produção e compra de mercadorias.

3.1 SAÚDE: CRIANÇAS SOFREM MAIS

As crianças são lembrança constante – tanto as que escaparam por pouco de algum acidente ou doença fatal, como as que não tiveram essa sorte, perecendo e alimentando as taxas alarmantes de mortalidade infantil. Entre os próprios beiradeiros que acompanharam a equipe deste trabalho, encontramos histórias de sua luta para salvar os filhos. Lindomar, em 2005, quase perde o filho após uma picada de cobra. Gildo, em 2010, varou a estrada de São Paulo para buscar atendimento médico ao seu pequeno de oito anos, que apresentava escaras profundas que, depois, confirmaram-se como sendo causadas por leishmaniose. Se, após a longa caminhada, o menino logrou ser atendido, outros três irmãos seus não tiveram a mesma sorte. Dos seis filhos que a mulher de Gildo teve, três morreram nos primeiros anos por problemas de saúde agravados pela falta de condições de chegada à cidade.

História semelhante tem dona Clarice, de cujos oito filhos nas-

cidos vivos apenas quatro sobreviveram aos primeiros anos de idade:

O J., nós tentamos tirar pra Altamira, mas só chegou num lugar chamado São Francisco, também esse aí deu oito dias de febre. Também se tivesse a estrada aí, tinha recurso de ter tirado ele. A outrazinha, a minha primeira, ela foi e morreu de sarampo. Não tinha recurso de levar pra Altamira, também. Ela demorou uns 10 dias. A F. demorou uns oito dias, e morreu. Agora a D. a gente pensa que foi doença do ar. Nenhum deu recurso de tirar.

Ou o caso da filha de seu Romeu:

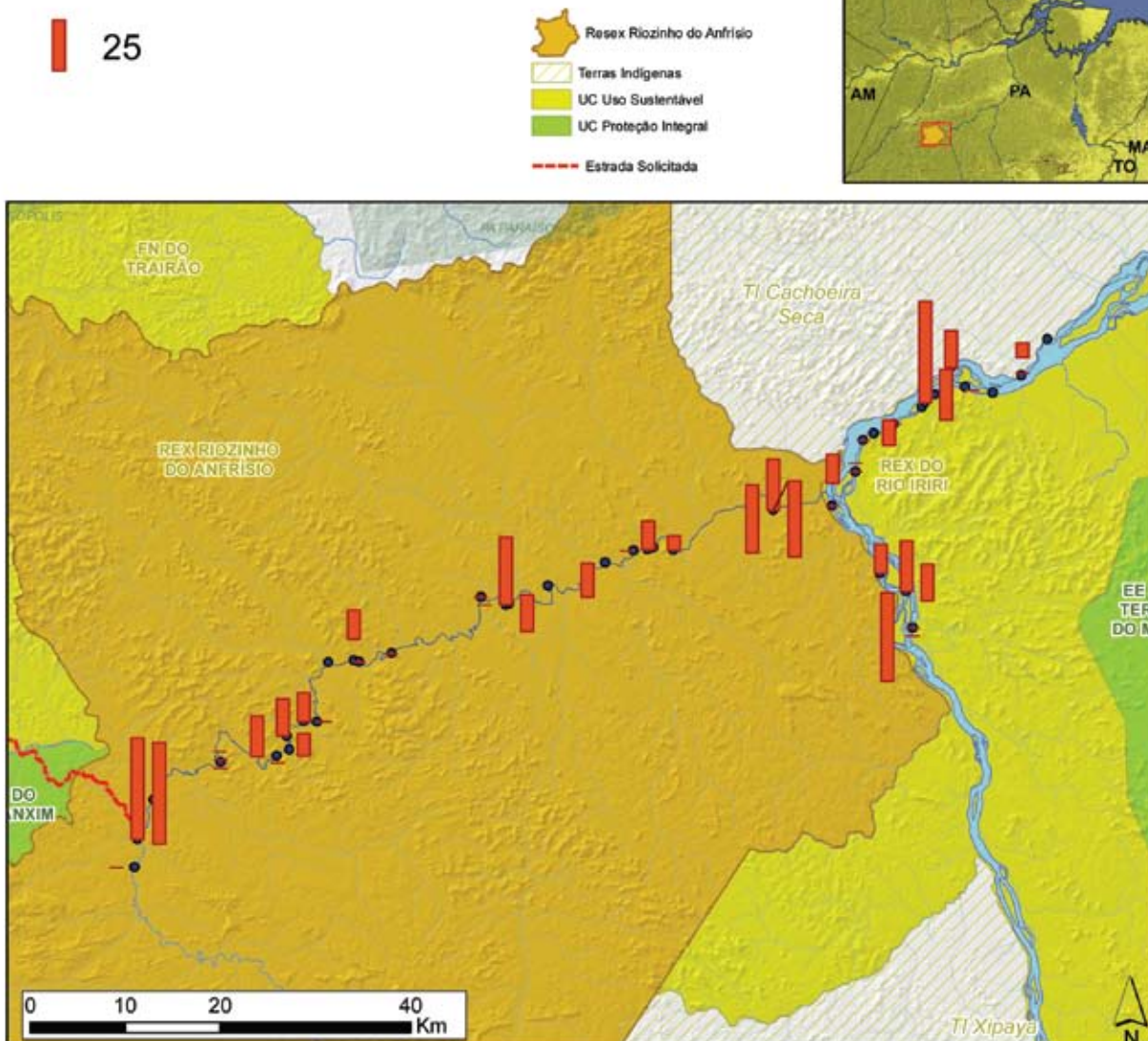
Nesse ponto, se ela [a estrada] tivesse aberta, ela tinha me ajudado, por causa que eu passei seis dias com ela lá em baixo, e aí não teve jeito de eu tirar ela, o negócio foi esse aí, aí ela foi e morreu lá, num lugar chamado Bom Jardim. Passei seis dias lá esperando oportunidade e não tive, esperando motor e não tive. E não podia sair pra canto nenhum.

Ou ainda o de Roberto, que perdeu dois filhos no Riozinho:

Até um tempo desses aí atrás, morreu dois filhos meus por falta de recurso. No caso, se tivesse uma estrada, eu acharia que tinha como ter chegado até a cidade. Podia morrer, porque da morte ninguém se livra, mas morria tendo recurso. Morreram aqui. Quando eu tentei tirar, foi tarde. Acho que foi malária, nem descobri a doença deles. Foi esse aí o problema Tendo a estrada pra andar, tudo é fácil de resolver, até o próprio peixe. Ajuda todos.

Joaquim, da localidade Os Tapiri, e Agente Comunitário de Saúde há cinco anos (e que já perdeu dois de seus filhos na Resex), conta que, em sua avaliação, a estrada é importante para a saúde dos moradores da Resex de um modo geral. “Em junho [2010], tive que sair às pressas com seu O.”, conta da assistência que proveio a um dos moradores mais velhos da reserva. Foram três dias de variação, sem comer e sem parar, na trilha até o PA Areia. “Para não ver o paciente morrer”, explica.

Mortalidade infantil (em %) nas comunidades entrevistadas



3.2 PRODUÇÃO E COMÉRCIO

Para os ribeirinhos do alto Riozinho, como já dito anteriormente, a dependência dos regatões para venda da produção e aquisição de bens impõe uma dura sina durante o longo período do ano em que a seca costuma afastar qualquer embarcação que não possa ser soerguida ou arrastada nos pedrais do rio. Mesmo sem abertura suficiente para passagem de veículos, uma alternativa utilizada já é a estrada São Paulo, como aponta diagnóstico realizado em 2008:

Já no alto Riozinho a comercialização ocorre em sua maioria por uma antiga estrada de animais, a qual foi reaberta pelos madeireiros e hoje é mantida pelos moradores. A estrada São

Gráfico 3.1 Mortalidade infantil na Resex Riozinho do Anfrísio*.

Fonte: expedição dezembro/2010.

* O gráfico apresentado pode apenas indicar uma tendência, já que a coleta dos dados se deu de forma complementar às entrevistas, não tendo sido possível aplicar uma metodologia que permitisse sua utilização na comparação com indicadores de outros locais.

Paulo é utilizada como única rota de comercialização pela maioria dos moradores, sendo comercializado por esse caminho principalmente mel e copaíba.

Isso ocorre devido à maior facilidade de acesso por essa rota até a cidade - com dois dias de viagem à pé até o condomínio Santa Cecília, onde conseguem carona até Trairão ou Itaituba – e também devido ao fato de pouquíssimos regatões chegarem a subir o rio, mesmo no inverno, deixando a população isolada.

A cidade se torna uma opção atraente para os moradores, pois lá conseguem vender seus produtos a dinheiro, pelo mesmo preço vendido a troco pelos regatões, e aumentam seu poder aquisitivo, comprando mercadorias industrializadas a preços mais baixos.²⁰

20. ICMBIO. Op. cit. p. 48-9.

No entanto, segundo moradores entrevistados, pouco há de “facilidade” na opção de usar a estrada, tal como se encontra agora. “A gente não pode trazer muita coisa, a gente compra um pouquinho lá e tem que trazer nas costas”, relata dona Clarice. “Eu achei ruim da primeira vez que eu fui. Ainda hoje não acho bom. A gente vai porque é forçado”, desabafa seu Januário.

Daí a ideia de que uma efetiva reabertura *dessa* estrada constituiria um grande avanço para intensificar o comércio e gerar renda entre essas famílias da Resex, já que se trata de uma rota por elas bem conhecida (o conhecimento dessa e de outras estradas desde os tempos antigos será abordado no Capítulo 5). Nas palavras de Alfredo:

Essa estrada, se ela saísse, era até bom pra gente. Porque de verão seca muito, e pra gente chegar até a Maribel é difícil demais, pra gente. Eu já tenho andando por aí, pra Itaituba, já tenho ido de pé, tenho vindo. Só que de pé é ruim, se tivesse transporte, se por acaso ela varasse aqui pra beira, eu acharia que era melhor pra gente, levar uma produçãozinha da gente. Eu já tenho plantado melancia, tem dado melancia e tem estragado tudo, porque não tem como tirar, abóbora também. Muitas coisas estragam.

Roberto, que trabalha com roça, pesca e tem ideias de se lançar no projeto da seringa, também gostaria de poder escoar sua produção nas cidades de Trairão, Itaituba, assim como Romeu: “Eu acho que ela podia ajudar a gente vender o produto da gente”.

3.3 OUTRAS RAZÕES

Além de saúde e comercialização da produção, algumas pessoas sugeriram outras razões pelas quais seria conveniente ver a estrada de São Paulo reaberta.

Embora não guarde uma relação imediata, já que as escolas e seus respectivos professores se reportam à cidade de Altamira, e não Itaituba ou Trairão, a questão da educação também apareceu na conversa. César, professor do Lajeado, relatou muitas dificuldades de chegar à escola, vindo de Altamira, em viagem na qual empenhou quase um mês: “Nessa minha subida, eu subi no verão, foi bastante atrapalhado, eu passei quase um mês pra poder chegar aqui de Altamira. Eu saí no dia 5 de agosto e já fui chegar aqui dia 26 praticamente”. Além disso, relata preocupação com as crianças pelas quais se responsabiliza pessoalmente e a saga do professor anterior em busca de atendimento médico de emergência aparece como uma ameaça, uma sombra sobre suas condições de trabalho na Resex. Nesse sentido, ainda que confesse não ter conhecimento específico sobre a estrada em questão, afirma ver no mínimo com bons olhos a perspectiva de uma alternativa de transporte emergencial:

Se tivesse uma estrada aqui, seria bem viável mesmo. Até porque o professor que tava aqui, o outro que já saiu daqui, ele não morreu, se ele não conseguiu chegar lá [em Altamira] morto, pelas graças de Deus, mas ele chegou complicado. Ele teve, se não me engano, ele teve foi malária, infecção de rins, e começo de dengue. Ele foi pra cidade curar duma malária e quando ele voltou pra cá, ele já voltou com a dengue. Aí deu uma fraqueza nele, ele chegou a desmaiar. O pessoal pegou ele nas pressas, pediram ajuda por Altamira, mas não conseguiu. Quando vieram pra poder ajudar, ele já estava chegando lá. Graças a deus, ele foi pro hospital, mas tá bem ele. Nem vir pra cá, não veio mais. Que até hoje não conseguiu se recuperar.

Outro anseio registrado em algumas falas foi o de aproximar parentes que vivem no beiradão aos que vivem na cidade, e vice-versa. Muitas famílias do alto Riozinho têm familiares morando em Trairão ou Itaituba. Filho mais velho de seu Cirino, um dos moradores mais idosos da Resex, seu Lourenço, nascido no Riozinho, mas morador atual de Trairão, manifesta descontentamento pela distância que tem guardado de sua terra, desde que deixou o rio pela cidade, em 1982, em busca de escola para os filhos. Segundo ele, o transporte via Altamira, lento e custoso, ainda mais com tantos filhos a custear passagem, inviabiliza as visitas. Repetiu várias vezes que sente saudades do Riozinho, de cozinhar peixe assado na beira do rio, “como era o costume da gente”.

Alfredo, no Riozinho, relata caso análogo, mas inverso:

Eu mesmo, tem uma sobrinha minha que tem vontade de conhecer uma irmã dela que mora aí no Areia, mas aí não tem estrada e ela não vai porque ela não garante andar. A gente também tem muito parente em Itaituba, Trairão, até no Areia mesmo tem. Um bocado de conhecido que já morou aqui também e foi embora lá. Eles não vêm aqui...



4. Sobre a viabilidade da estrada

“De ser boa [a estrada], é uma coisa boa, só que ela pode trazer muitos problemas. Daí pra essa estrada funcionar, o Ibama deve de tomar muito cuidado, pra não ter invasor. Pode ter. Próprio grileiro, gente que vê a estrada aberta...”.

João Pedro



- FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS
- ESCOLA - TRANSPORTE ESCOLAR
- PRODUÇÃO
- POSTO DE SAÚDE
- SEGURO DEFESO
- DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS
- URNA ELEITORAL
- CONSTRUÇÃO

garden
ORIGEM DO BOLA
2. 100 PESSOAS 904
TRABALHAR NA
ORIGEM.
CORSO MINISTRADO PE-
LO OS MESMO
DE ACORDO COM OS RE-
GRAS DA UFGMA

No Capítulo 3, apresentamos um panorama construído especialmente a partir de relatos dos moradores do alto Riozinho, quando questionados sobre os motivos que os levam a requerer com tanto empenho a reabertura da estrada. Temos algumas respostas, portanto, à questão “para quê uma estrada?”. Outras ainda se impõem: por que uma *estrada*? Por que *esta* estrada, em particular? Como se posiciona, numérica e espacialmente, o conjunto de todos os moradores da Resex em relação à aceitação ou não dessa ideia? Como seria viabilizada a empreitada? E sua manutenção?

Para dar conta dessas indagações, em primeiro lugar, iniciamos por explicar materialmente de que falamos quando nos referimos à “estrada de São Paulo” – seu trajeto, seu perfil etc. Em seguida, apresentamos de forma espacializada as opiniões da Resex como um todo acerca da reabertura e, então, as restrições mencionadas ao projeto.

4.1 DESCRIÇÃO MATERIAL DA ESTRADA

A estrada considerada neste relatório acompanha o percurso realizado tradicionalmente pelos moradores da região do Riozinho do Anfrísio entre as suas localidades e as cidades da bacia do Tapajós, atravessando os municípios de Trairão e Itaituba (**Figura 4.1**).

Com o intuito de definir quantitativamente a estrada de forma precisa, decidiu-se fixar o marco zero desta na última fazenda ocupada de forma permanente depois do Projeto de Assentamento Areia, e antes da entrada na Floresta Nacional do Trairão (**Mapa 4.1**).

A seguir, são reproduzidos alguns dados de interesse relativos à estrada:

- Comprimento total: 83,1 quilômetros;
- Comprimento atualmente trafegável por carro 4x4: 49,7 km;
- Comprimento atualmente não trafegável (trilha): 33,4 km;
- Ponto de menor altitude: 177 metros;
- Ponto de maior altitude: 400 metros;
- Declividade média: 4.3%;
- Declividade máxima: 26%.

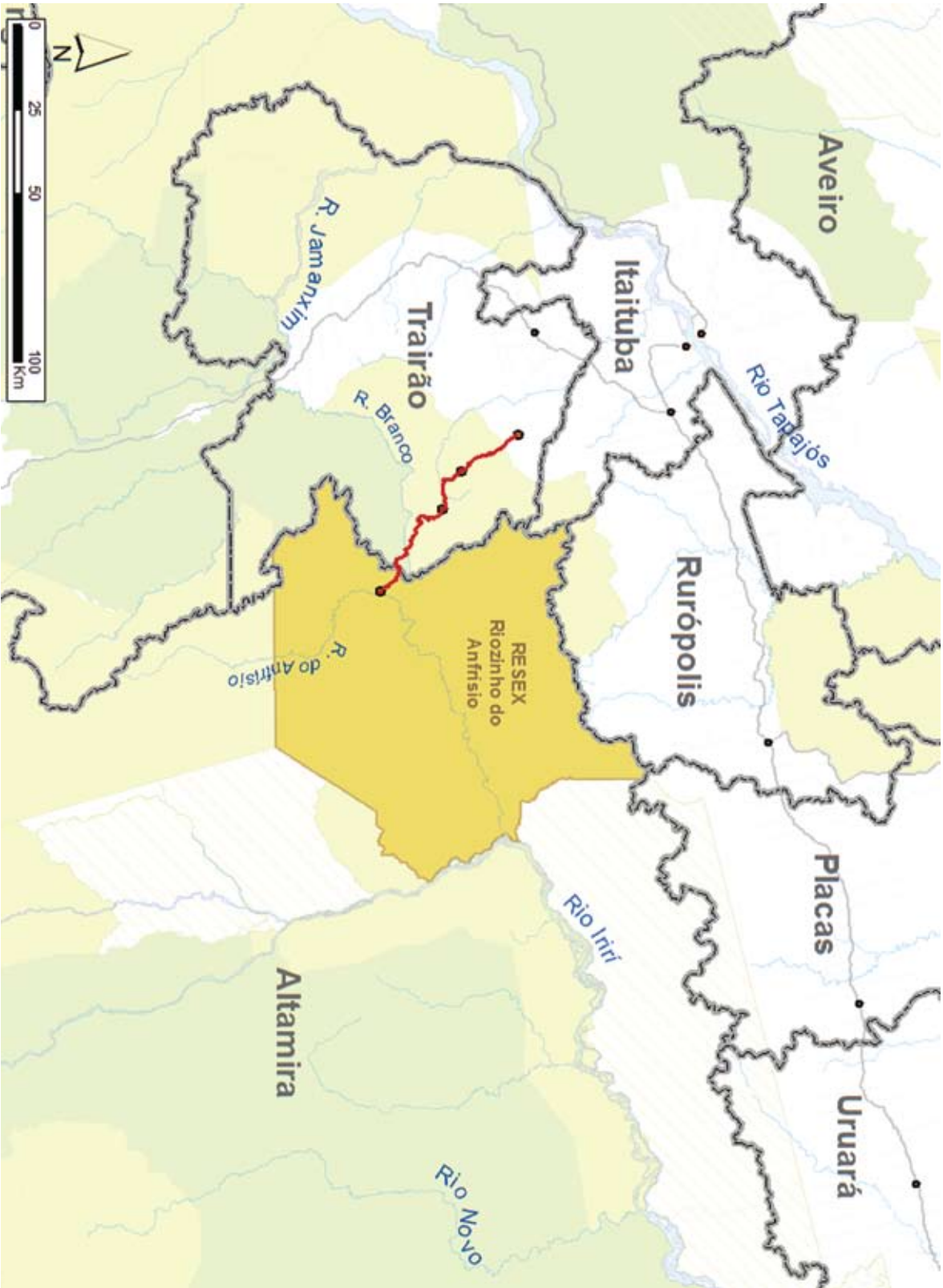
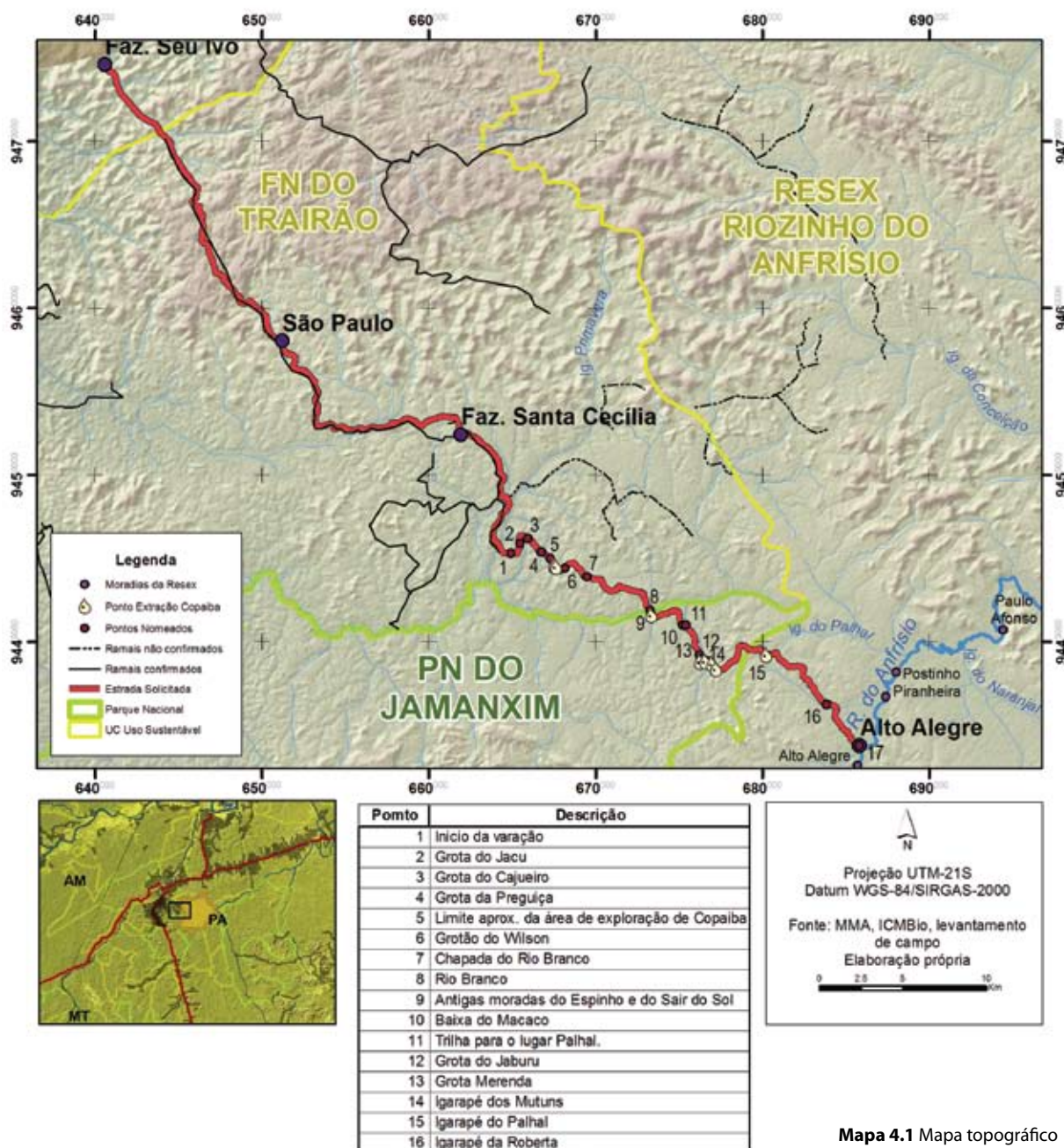


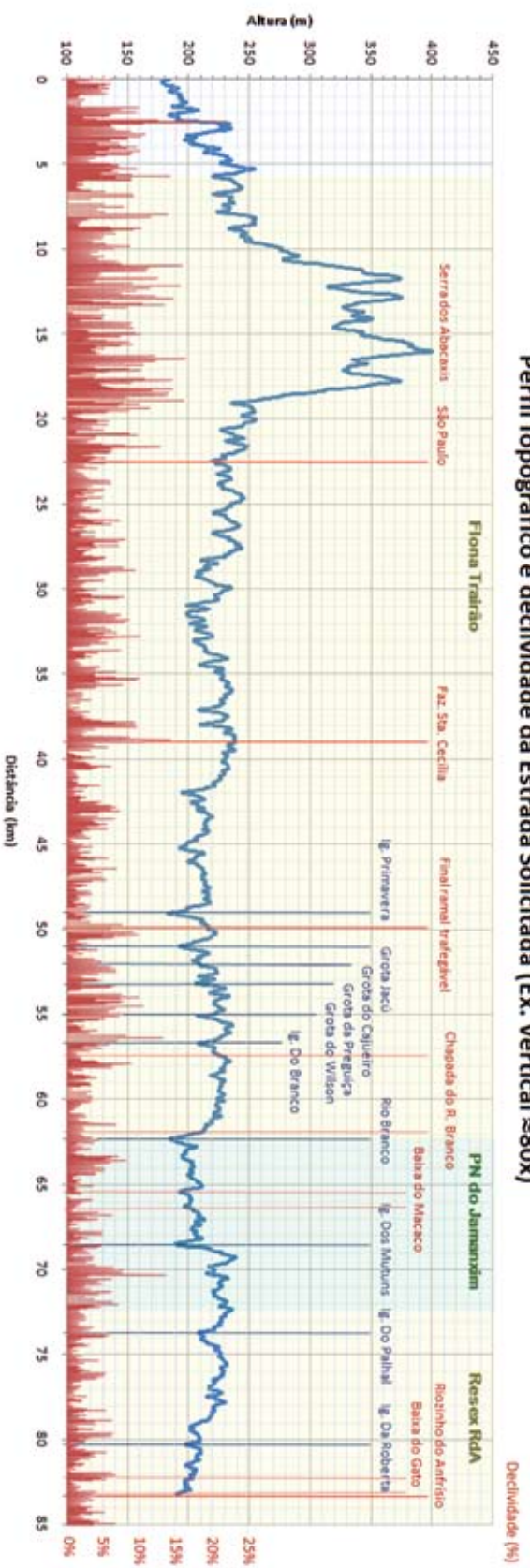
Figura 4.1
Situação da
estrada solicitada
em relação aos
limites municipais.

Mapa de detalhe da estrada solicitada

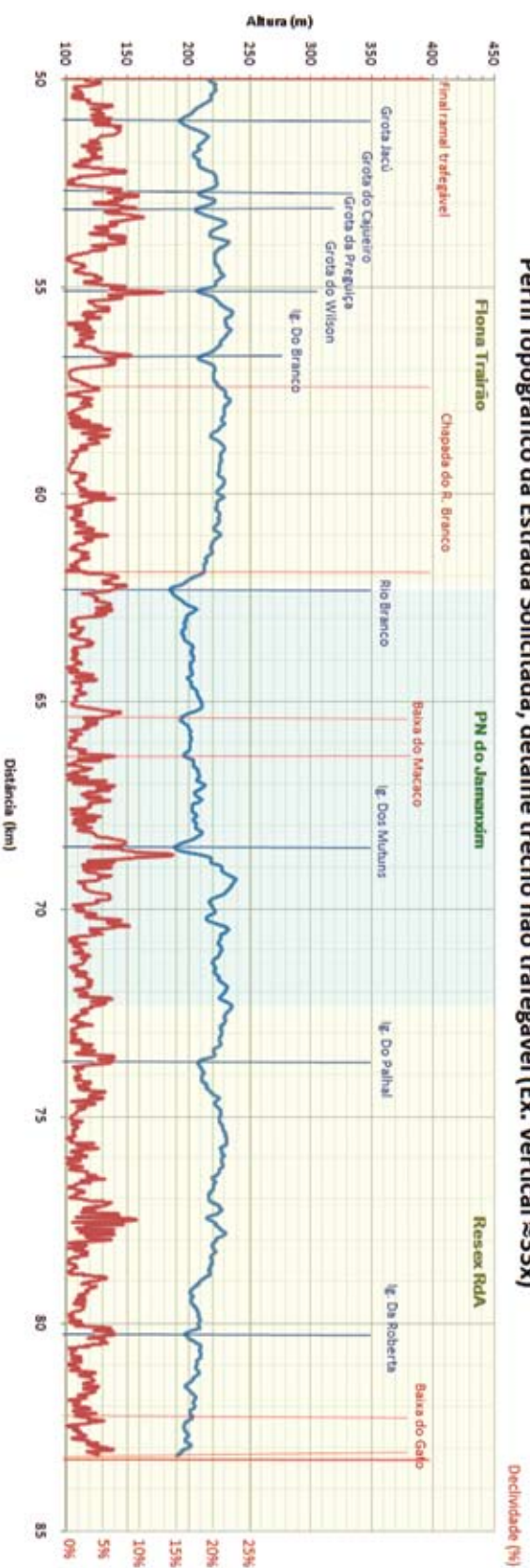


Mapa 4.1 Mapa topográfico mostrando o percurso da estrada solicitada, desde o seu começo na Fazenda do Seu Ivo nas proximidades do PA Areia até a localidade do Alto Alegre, na beira do Riozinho do Anfrísio. São reproduzidas as principais toponímias recolhidas durante a travessia a pé ("varaço") dos 33,4 quilômetros atualmente não trafegáveis da estrada.

Perfil Topográfico e declividade da Estrada Solicitada (Ex. Vertical ≈80x)



Perfil Topográfico da Estrada Solicitada, detalhe trecho não trafegável (Ex. Vertical ≈33x)



4.1.1 DECLIVIDADE

A partir do perfil altimétrico da estrada foi calculada a declividade associada, mediante derivação da curva do perfil. Em seguida foi aplicada uma média móvel de 100 metros de comprimento, com o intuito de controlar possíveis pontos espúrios no dado de estrada.

A partir da análise estatística dos dados obtidos, pode-se apontar que aproximadamente 10% da estrada estão situados em terrenos com declividades iguais ou maiores a 10%, declividade que, segundo o manual do DNIT de construção de estradas rurais, seria a máxima admissível numa estrada, mesmo sendo essa estrada de tipo IV (mínima trafegabilidade) (DNER, 1999). Isso implicaria, formalmente, na mudança local do percurso da estrada em certos trechos (notadamente na serra dos Abacaxis, na Flona Trairão, e na região do Igarapé dos Mutuns, no Parna Jamanxim). Embora achemos possível a construção da estrada conservando o traçado atual e as declividades observadas, com a anuência das municipalidades envolvidas, deve ser considerado o custo adicional em manutenção representado pela maior susceptibilidade à erosão dos trechos com declividade forte ou muito forte.

4.1.2 ÁREAS ALAGÁVEIS

A disponibilidade de um modelo altimétrico de boa precisão e resolução da região, fornecido pelo IBGE (projeto TOPODATA) possibilita o estudo das áreas sujeitas a inundação na região percorrida pela estrada solicitada. A metodologia de cálculo foi implementada no programa ArcGIS, com a utilização do módulo *spatial analyst* e é detalhada a seguir:

- 1) Cálculo da rede de drenagem detalhada mediante estudo das linhas de fluxo associadas à topografia;
- 2) Cálculo do gradiente associado à topografia da região;
- 3) Cálculo do custo de deslocamento (*distance cost*), a partir dos pontos de drenagem determinados em 1) e utilizando o gradiente calculado em 2) como superfície de custo;
- 4) Calibração para determinar o ponto de inundação máxima na estação de chuvas.

A **Figura 4.2** mostra o perfil planialtimétrico da estrada, juntamente com o gráfico de declividade (em vermelho) e as principais feições topográficas reconhecidas no terreno (planaltos, serras, igarapés etc.).

Figura 4.2 Perfil planialtimétrico da estrada, no seu comprimento total (acima) e na porção não trafegável atualmente (embaixo). O gráfico vermelho representa a declividade média em 100m da estrada.

O **Mapa 4.2** e a **Figura 4.3** mostram o resultado desta metodologia.

Destarte, foram identificados 20 trechos da estrada que precisariam da construção e manutenção de pontes e terraplenagens para assegurar a passagem permanente de veículos. Vale assinalar que o comprimento médio dos trechos sujeitos a inundação é grande (maior de 150 metros), o que exigiria a construção de pontes e estruturas de grande comprimento e provavelmente custo elevado.

4.1.3 SITUAÇÃO ATUAL DA ESTRADA

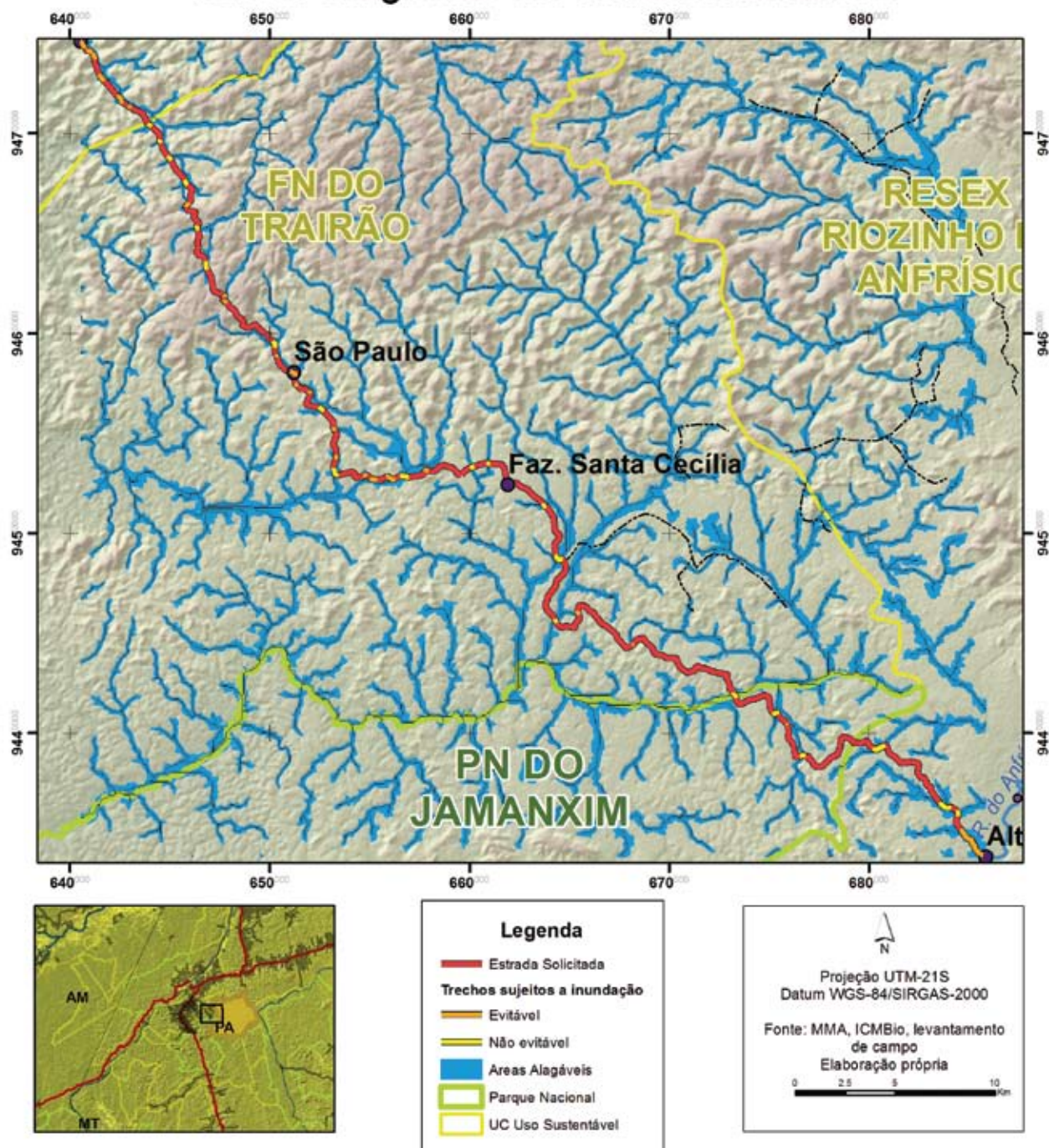
Atualmente a estrada possui um trecho trafegável por veículos com tração 4x4 que totaliza 49,7 km dos 83 totais da estrada (**Mapa 4.1** acima).

Como foi mencionado anteriormente, esse trecho da estrada é mantido pelo grupo que gerencia a Fazenda Santa Cecília, que é o seu maior utilizador. Cabe mencionar que, apesar da custosa manutenção realizada periodicamente, na época de chuvas a estrada até a fazenda Santa Cecília fica praticamente intransitável, precisando, em caso de necessidade, do uso de correntes ou o apoio de tratores para assegurar a passagem pelos trechos mais complicados.

4.2 A FAVOR OU CONTRA? APELO E SOLIDARIEDADE

Anteriormente, vimos como entre os moradores do alto Riozinho a reabertura da estrada de São Paulo é projetada, no mais das vezes, como a “salvação da lavoura”. Conforme se desce o rio, porém, a demanda parece perder sua intensidade de atração. Os parentes aparecem cada vez mais como estando exclusivamente em Altamira; o porto da Maribel, como uma saída menos penosa; e as condições de acesso a bens e produtos, menos complicadas que entre as famílias do alto. Como aponta seu Claudemir, “a gente é mais Altamira. Principalmente quem mora aqui, a parentagem, tudo acompanhante é Altamira”. No que é complementado por seu Paulo Henrique, que relaciona a diferença na ligação com os municípios à capacidade de reivindicação junto às respectivas prefeituras e secretarias:

Áreas alagáveis na estrada solicitada



Mapa 4.2 Áreas alagáveis no entorno da estrada solicitada. Os trechos inundáveis da estrada são mostrados em laranja (evitáveis mediante mudança leve no percurso) e em amarelo (difícilmente evitáveis).

Perfil Topográfico e áreas alagáveis na Estrada Solicitada (Ex. Vertical ≈80x)

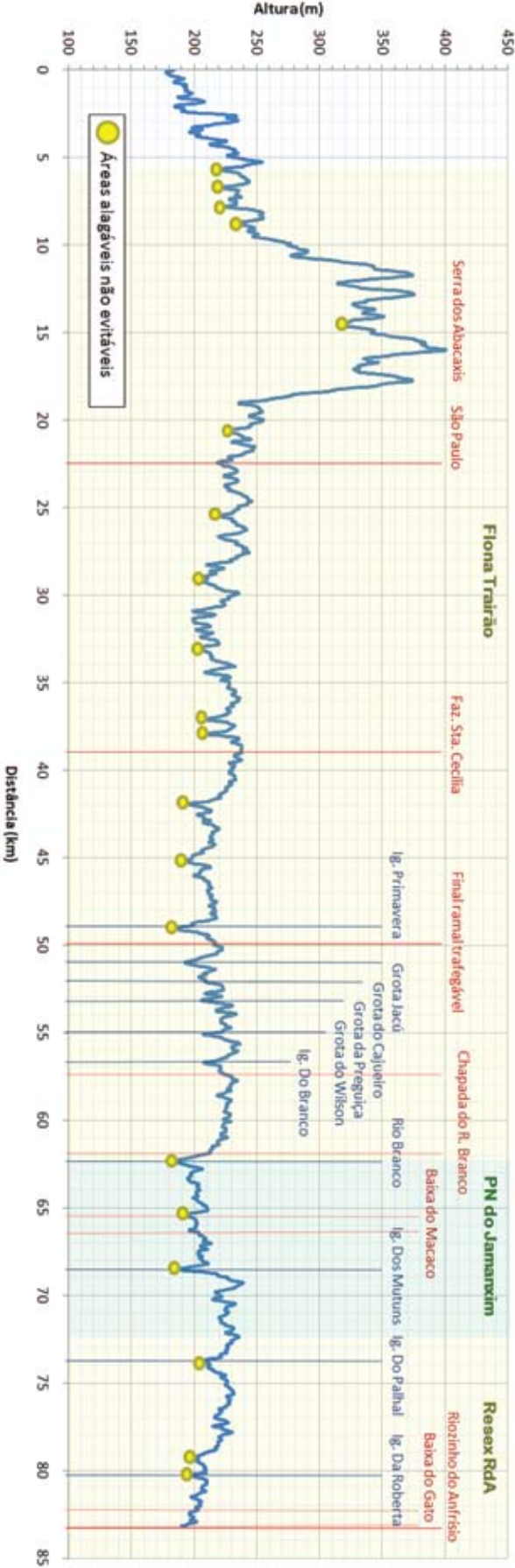


Figura 4.3 Perfil da estrada com os pontos sujeitos a inundação destacados (círculos amarelos).

Inclusive, porque lá, Trairão, não é nosso município, Itaituba também não é. Eu levei gente daqui pra Itaituba, pra tratamento, mas com apoio do Exército, e hoje nós não temos esse apoio. E Altamira, se nós não tiver nem um centavo, nós já vamos. Como esse velho que passou aqui agorinha [doente], ele não tá lá porque melhorou, mas ele já tinha falado com o secretário lá, e o carro já vinha por ele na Maribel. E lá a gente pode até achar alguém que faça uma carona pra nós, mas não temos esse poder de cobrar do pessoal do Trairão, de Itaituba, porque não é nosso município.

Deveríamos presumir, então, que as famílias que não habitam o alto Riozinho se opõem terminantemente à reabertura da estrada? De forma alguma. Na prática, quando instados a se posicionar, foram poucos os moradores que se disseram contrários à recuperação da via. A distribuição das opiniões nas regiões da Resex pode ser observada nos **Gráficos 4.1 e 4.2**.

Para compreender esse quadro, é importante lembrar que, embora tenhamos em itens anteriores algumas diferenças socioeconômicas entre as famílias do alto e baixo Riozinho, não se trata de uma desigualdade gritante. Em outras palavras, os moradores de baixo também têm dificuldades cotidianas para atendimentos médicos emergenciais, de escoamento de sua produção, de desvantagens no comércio com os regatões etc. São, portanto, muito capazes de se solidarizar com a situação dos moradores do alto, e reconhecer que sua vida poderia, talvez, melhorar com a estrada reaberta. Como resume Dirceu: “Sobre a precisão deles, tudo que eles contam é pouco. Gente morrendo à míngua”. Seu Paulo Henrique também se mostra solidário: “Não sou contra, não. Porque a gente não pensa só na gente. Pra eles, lá, fica ótimo. Ainda que não me beneficie nada pra mim, eu não sou contra”.

4.3 RESTRIÇÕES

Se a solidariedade se traduz em apoio, é importante dizer que esse apoio não é incondicional. Até mesmo moradores da porção mais alta do Riozinho reconheceram que uma estrada funcional ligando a beira do rio a centros urbanos próximos traria benefícios, mas também poderia implicar problemas.

Concorda com a abertura da estrada?

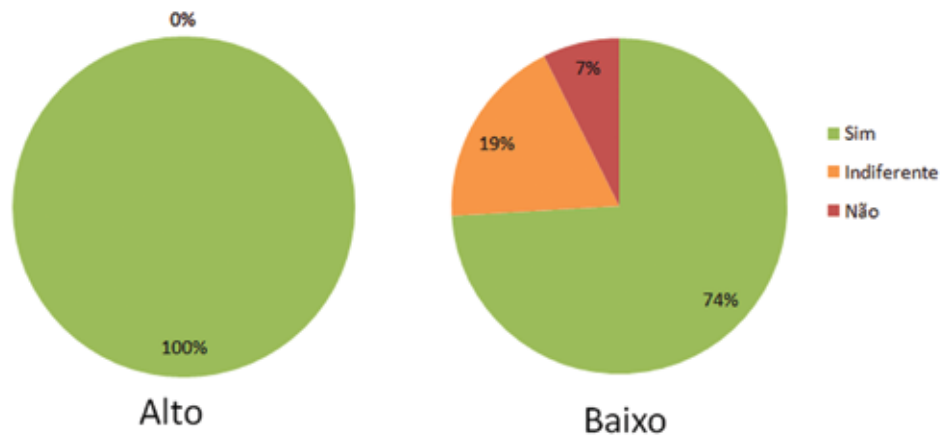
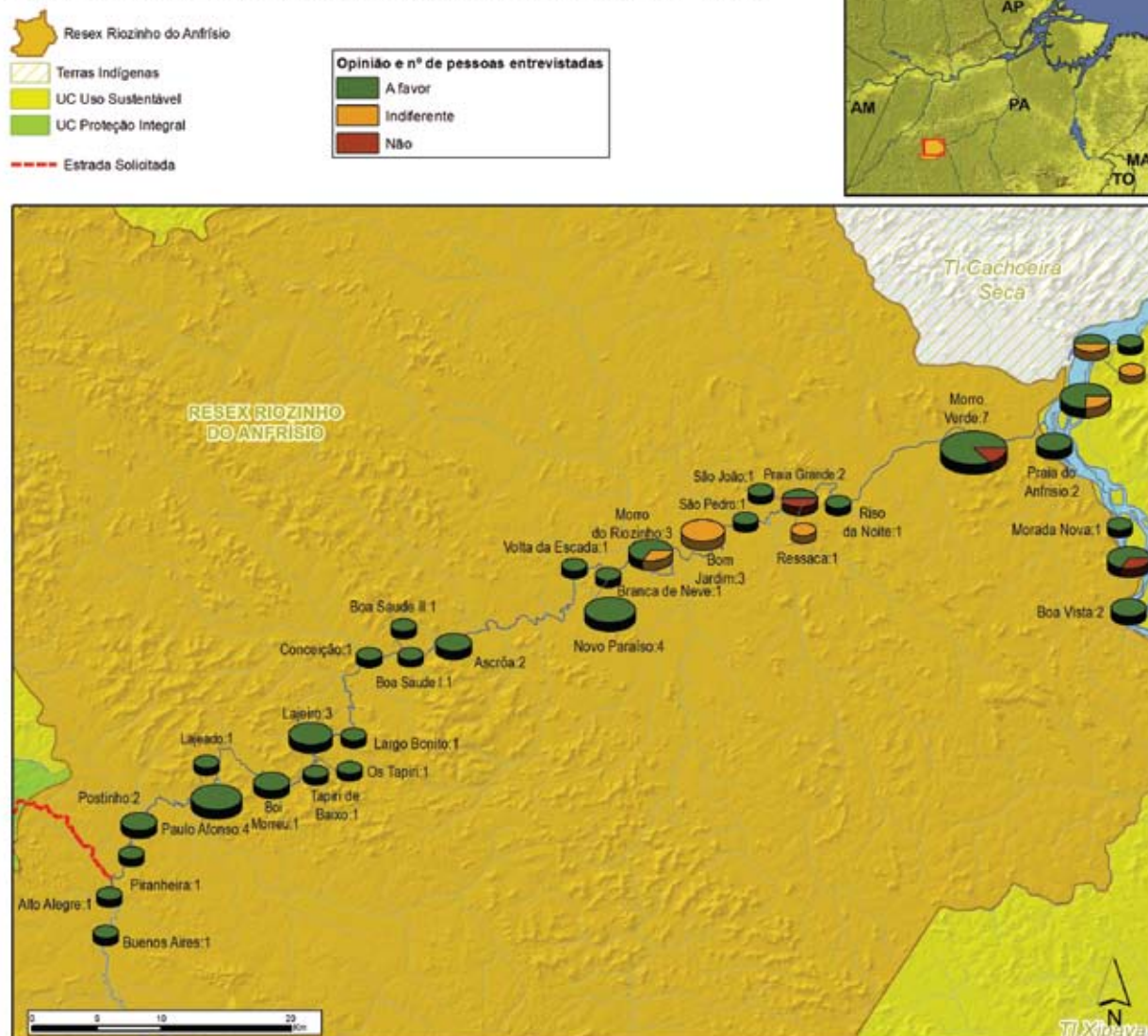


Gráfico 4.1 Opinião sobre a estrada de acordo com a região da Resex.

Gráfico 4.2 Opinião sobre a estrada por localidades da Resex.

Posição dos moradores em relação à abertura da estrada



As preocupações principais de quem não abraça incondicionalmente a ideia da estrada se concentraram, em primeiro lugar, na referência a um possível retorno de grileiros e madeireiros que teriam se afastado após a criação da Resex, o que significaria novos e maiores esbulhos e o reavivar de antigos conflitos. Num segundo momento, registrou-se uma apreensão mais difusa com a possibilidade de ocupação de porções da Resex por pessoas quaisquer, a disputar espaço e recursos com os atuais moradores. Na fala de João Pedro, vemos sintetizados ambos os medos: “De ser boa [a estrada], é uma coisa boa, só que ela pode trazer muitos problemas. Daí pra essa estrada funcionar, o Ibama deve de tomar muito cuidado, pra não ter invasor. Pode ter. Próprio grileiro, gente que vê a estrada aberta...”.

Ante essas perspectivas e projeções, os moradores costumavam apresentar possíveis soluções, ou seja, certos condicionantes sem cujo cumprimento acreditam, aí sim, que a estrada **não** deveria ser construída.

Resta apresentar, assim, quais seriam as possíveis soluções, tanto aquelas aventadas pela própria população como as levantadas neste trabalho, para mitigar os eventuais impactos negativos da efetivação do projeto. Uma alternativa comumente citada pelos beiradeiros seria a restrição do acesso à estrada, com instalação de algum tipo de equipamento, como porteira ou, principalmente, uma guarita vigiada. Nesse caso, diz-se do vigia que poderia ser tanto alguém da Resex como, preferencialmente, do órgão gestor, ainda bastante confundido com o Ibama. “Segurança que eu digo é uma guarita, com o próprio Ibama”, disse João Pedro; “A gente faz uma porteira, e não entra [gente indesejada], não. A gente caça aí uma pessoa pra tomar de conta”, propõe dona Clarice.

Sem mencionar diretamente uma restrição física ao acesso à estrada, muitos mencionaram a necessidade de algum tipo de fiscalização ou monitoramento por parte do poder público. “Eu penso assim, que o ICMBio às vezes acho que ele pode de vez em quando dar uma olhada, ver se tem alguém querendo... ou então mesmo a gente, se tiver alguém querendo entrar, a gente pode [fiscalizar]”, afirma Alfredo. Seu Claudemir tem opinião semelhante: “[A estrada] atrapalha se a gente liberar pra encher de

gente. Mas se tiver uma ordem, o Ibama fiscalizando, quem entrar à força, sai”.

Por fim, há quem acredite que o próprio movimento de pessoas da Resex na estrada funcionaria como monitoramento, coibindo ações criminosas na UC; e há também aqueles, como Leonor, para quem a estrada não deveria ser construída em hipótese alguma:

Rapaz, pra mim mesmo eu acho que não vai ser bom, não. Pra mim, bom é do jeito que tá. Se tem essa da Maribel, na minha opinião, essa daí tá valendo. Por mim mesmo, ela não saía nunca. Eu acho que vai ser ruim. Tenho pra mim que vai trazer de ruína, é muito bandido que pode varar até de pés, que o pessoal já tem o costume de varar de pés. Eles podem não vir pela estrada, assim, do jeito que nós vem ou nós vamos, mas eles vêm de outra maneira. Se não tiver uma segurança lá, eu acho que não é o certo, não. Pra mim, não. Eu sou é contra mesmo essa estrada. Não sei se é pelo meu costume... Por mim não sairia nunca.



5. A estrada de São Paulo

“A primeira vez que eu andei nessa estrada eu tinha nove anos. Quando meu pai nasceu, em 1913, essa estrada já existia. Eu sei porque meu pai me contava. Quando ele morreu, eu tinha 18 anos. Ele contava que quando ele nasceu já existia ela, essa varação daqui pra Itaituba.”

Seu Januário



Quando meu avô veio do Ceará, com a idade de 20 anos, meu avô chegou pra cá, daí ele entrou com a família dele, veio com filho, aí veio fazendo essa variação pra cá. Meu avô cortava, meu pai cortava seringa também. A estrada foi feita do Paraná aqui para tirar seringa da borracha, que eles cortavam seringa. Antigamente o ramo era seringa, antigamente não existia outro ramo. O ramo era seringa e fazia o roçado pra gente comer o plantio que a gente fazia. Cortava seringa e botava roça. Quando era final de ano, o seringueiro descia ajustar conta com o patrão lá em Itaituba. Era desse jeito. E de mês em mês vinha o comboio, trazer rancho, o que precisava pro seringueiro. O comboio que nós chama, o pessoal hoje chama tropa, né, negócio de burro. Era de burro de lá do Paraná Mirim presse meia aqui tudinho de burro. Até o Riozinho.

A descrição que seu Aguinaldo faz hoje do que era o Riozinho do Anfrísio na virada do século XIX aproxima essa realidade da de muitas outras regiões amazônicas em que imperava a coleta da borracha para exportação, com seu sistema de aviamento, suas relações de trabalho, sua atividade extrativa crescentemente consorciada com a pequena agricultura etc. Neste capítulo, tendo como meta a caracterização da estrada de São Paulo, dedicaremos a apresentar brevemente alguns desses elementos, por meio preferencialmente da forma com que figuram em relatos de atuais habitantes da Resex Riozinho do Anfrísio.

Para efeitos de nossa exposição, tomamos como ponto de partida os movimentos que ocorrem na virada do século XIX para o século XX, período costumeiramente apontado como o auge da expansão do negócio da borracha nos estados amazônicos. Repousada em uma intrincada rede comercial, que envolvia desde o seringueiro em sua colocação até a firma estrangeira que importava a borracha natural, passando pelas casas exportadoras, aviadoras, armazéns e seringalistas, tratava-se de atividade a demandar muito mais uma extensa e controlada mão-de-obra do que uma extensa e legitimada quantidade de terra. Com o seringueiro na condição de ao mesmo tempo produtor das peles de borracha e consumidor dos produtos fornecidos pelo seringalista em seu barracão, era imperativo garantir o seguro e farto suprimento da figura desse trabalhador aos seringais. Barbara Weinstein destaca

a população cabocla que já povoava a Amazônia, dedicando-se a práticas produtivas de caça, pesca, coleta e pequenas roças de mandioca e outros produtos. Mas é após a seca de 1877 no Nordeste brasileiro que os seringais viram se multiplicar os braços dispostos a se lançar na atividade seringueira, com migrantes como o avô cearense de seu Aguinaldo a fazer a vida em estradas de borracha em bacias como a do Tapajós ou do Xingu.

De fato, Weinstein chama a atenção para as formas distintivas com que se deu a exploração da borracha na região do Xingu e do alto Tapajós, notando particularmente a forma relativamente tardia com que isso ocorreu, em relação a outras partes da Amazônia:

Assim, até a década de 1880, as áreas do alto Xingu e do alto Tapajós eram ainda elementos de menor importância da economia da borracha no Pará.²¹

[...]

Foi durante a década de 1890 – aqueles anos tranqüilos, em que os preços da borracha subiam e os retirantes da seca do Ceará emigravam aos milhares para o Pará – que a produção de borracha nessas áreas “decolou”.²²

A historiadora nomeia ainda os seringalistas “pioneiros” mais renomados dessas regiões, Raymundo Pereira Brazil, no Tapajós, e José Porphírio de Miranda, no Xingu, e como conseguiram consolidar e ampliar sua dominação nesses dois vales:

Diferentemente das malfadas corporações da borracha, os comerciantes-seringalistas que acabaram por dominar essas duas áreas seguiam métodos já bem comprovados de penetração comercial e de controle dos trabalhadores. Desse modo, a despeito das dificuldades iniciais com o transporte e com a arregimentação de mão-de-obra, muito mais graves do que qualquer coisa com que defrontaram as firmas estrangeiras, os “pioneiros” do alto Xingu e do alto Tapajós trataram de estender a produção de borracha e a rede de aviamento aos mais longínquos rincões do estado.²³

Com esses elementos, temos algumas pistas para investigar as dinâmicas que se sucederam ao longo do século xx na região do

21. WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência* (1850-1920). São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993. (Estudos Históricos; 20) p. 212.

22. *Ibidem*, p. 213.

23. *Ibidem*, p. 209.

Riozinho do Anfrísio, particularmente em meados do século, que é quando a borracha amazônica volta à ordem do dia após uma fase de decadência, desencadeada após a entrada no mercado da borracha de seringueiras cultivadas na Ásia. E é o período a partir do qual se refere grande parte dos relatos colhidos de atuais moradores da Resex, geralmente descendentes de arigós, “soldados da borracha”, chegados à época da II Guerra Mundial.

Se entre a virada do século e esse período, a partir da década 1930, mudam as datas e os nomes – fala-se em Anfrísio Nunes, Frizan Nunes, Calixto Porto, Bibito, Zé Freire, é possível notar que alguns elementos permanecem. Um deles se refere aos índios que ocupavam imemorialmente a região. Embora o tema não tenha sido tratado acima, e nem haja espaço aqui para aprofundá-lo devidamente, a relação com esses grupos indígenas sempre foi complexa, perpassada por variados tipos de violência. Seu Aurélio, morador do alto Riozinho, conta como sua própria trajetória familiar foi marcada por conflitos com os caiapós: “Índio matou gente aqui... matou meu sogro, meu irmão. Caiapó bravo, matou de bala. De pegar dois, três cabras assim, na reta, não sobrava um. Roubava as coisas lá de casa, ficava só os caibro. Levava mulher, se fosse bonita”. Analogamente, em seu romance *A batalha do Riozinho do Anfrísio*, André Costa Nunes, filho do seringalista Anfrísio Nunes que deu nome ao rio, recupera das histórias que ouviu ao crescer nos seringais do pai os conflitos com os caiapós circundantes, que, se conduziam ataques às colocações seringueiras do beiradão, também eram violentamente retaliados com as chamadas “expedições de ‘chega’”:

Após os lamentos [pelos seringueiros mortos por índios], a choradeira de praxe, era preciso imediatamente organizar a expedição para dar um “chega” nos cabocos. Na maioria das vezes, muito menos para punir que para tranquilizar as demais colocações e garantir a continuidade do fábriço.²⁴

A violência não se restringia à interação de seringueiros e índios. Outro ponto de contato entre as relações operantes na época dos “pioneiros” do Xingu e Tapajós e as retratadas pelos moradores mais antigos do Riozinho é o emprego de métodos violentos de dominação dos próprios seringalistas para com seus seringueiros

24. NUNES NETTO, André Avelino Costa. *A Batalha do Riozinho do Anfrísio: uma história de índios, seringueiros e outros brasileiros*. 2ª ed. Marituba: Alves Gráfica e Editora, 2003, p. 249.

aviados. Hoje em dia, seu Aurélio é ainda quem conta, por exemplo, que “Anfrísio Nunes mandava amarrar cabra no tronco”. Do início do século, Weinstein registra que:

As relações entre patrão e seringueiro nos vales do Tapajós e do Xingu nunca se deterioraram em práticas assassinas, habituais nas áreas de caucho da Amazônica peruana, onde o negócio do aviador dava lugar a um sistema de escravidão declarada, sem sequer a mediação do mais ligeiro impulso paternalista. Não obstante, a escassez crônica de mão-de-obra, a subida vertiginosa dos preços e a maior capacidade da elite local na vigilância e controle nessas áreas permitiam um grau de brutalidade para com os seringueiros que representava um afastamento quantitativo, senão qualitativo, das modalidades mais antigas de dominação.²⁵

25. WEINSTEIN. Op. cit., p. 215

Intrinsecamente relacionada a esse registro da particularidade da violência seringalista nos vales do Tapajós e Xingu, está a particular dependência com que se encontravam os seringueiros ante seus patrões, em relação à obtenção de bens e a exclusividade da venda de sua borracha. É importante atentarmos para esse aspecto, já que isso se deveria aos problemas de navegação dos rios da região, polvilhados de perigosas cachoeiras, o que atribuiria extrema importância à capacidade do patrão de abertura e controle de **estradas de varação**.

Afora as diferenças de aspirações políticas, ambas as carreiras de Pereira Brazil e José Porphírio partilhavam uma mesma característica básica: ambos chegaram ao poder pelo fortalecimento dos padrões tradicionais de exploração e de apropriação do excedente, na medida em que mantiveram intactas as relações de produção fundamentais. Esses dois homens fortes possuíam mais terras e exerciam mais poder do que a média dos aviadores ou seringalistas, mas isso se devia principalmente ao controle que tinham das estradas de varação; em nenhum outro aspecto seus regimes se afastaram dos procedimentos estabelecidos.²⁶ (grifos nossos)

26. Ibidem, p. 214-5.

Isso parece ter sido válido para meados do século xx, também, de acordo com relatos dos moradores da Resex. E é neste ponto

que começamos a nos aproximar da importância constante que a estrada de São Paulo teve para a vida dos habitantes da região, desde sua abertura no tempo do avô de seu Aguinaldo. Os depoimentos dão conta de uma antiga e densa ocupação nessas áreas, povoadas de colocações de seringueiros e de uma malha de numerosas estradas de varação, muitas das quais convergiam para a estrada de São Paulo. Pela via, diz-se que circulavam tropas de burros com o principal objetivo de escoar a produção dos seringais até os barracões do Tapajós, e de lá trazer os bens necessários aos trabalhadores. Seu Januário, morador do alto Riozinho, conta o quanto a estrada de São Paulo é antiga:

A primeira vez que eu andei nessa estrada eu tinha nove anos. Quando meu pai nasceu, em 1913, essa estrada já existia. Eu sei porque meu pai me contava. Quando ele morreu, eu tinha 18 anos. Ele contava que quando ele nasceu já existia ela, essa varação daqui pra Itaituba. Era pra seringa, pra copaíba. Trabalhava de extrativismo nesse tempo, também. Tirava de tropa, animal, de burro. Era 12 animal, que chamava tropa. De 12 burro pra carregar carga. Eram os seringalistas [que montavam a tropa]. O patrão de lá era o Bibito, do Tapajós, ele morava em Itaituba mesmo. Zizi, antes do Bibito. Também de Itaituba. Aqui era um seringalista e lá era outro. Era o Anfrísio.

Seu Aguinaldo lembra-se, a partir de experiência e relatos de sua família, da dinâmica do comboio de burros e das características dessa particular estrada de varação:

E de mês em mês vinha o comboio, trazer rancho, o que precisava pro seringueiro. O comboio, que nós chama, o pessoal hoje chamam tropa, né, negócio de burro. Era de burro de lá do Paraná Mirim pra esse meio aqui tudinho de burro. Até o Riozinho. Eles vinham pegando e botando aí no caminho. O caminho era largo, caminhozão bonito, pra burro não topar. Tinha que ser tudo pau cortado, aquelas vara grossa, que cortava com o machado. Nessa época ninguém sabia o que era motosserra, não existia esses negócio, era só no machado. Bem aberto, limpo. Não tinha pau trançado no meio do caminho.

Conta-se que, em determinado momento, a tropa começa a “falhar”, ou seja, deixar de abastecer os seringueiros com comida, vestimentas e afins. Os patrões, outrora tão fortes, começam a ter menos controle sobre a produção de seus aviados, deixando-os por vezes em situações difíceis para comerciar sua borracha. Seu Cirino conta que “a borracha aqui saía pelo rio, mas às vezes demorava patrão chegar, e às vezes o camarada tava com necessidade e o camarada vendia borracha aí. Podia vender, o patrão não reclamava, porque no dia ele faltou, faltou com o rancho”. “Os seringalistas foram blefando devagar”, rememora seu Aurélio, e acrescenta, das dificuldades desse período:

Todo mês os burro vinha. Até acabar borracha. Às vezes voltava escoteiro, vinha sem nada. [...] O senhor não sabe a situação desgraçada que o camarada vive nessas matas. Teve ocasião que até eu carreguei borracha nas costas daí do Palhal pra ir vender nesse Zé Freire. Precisando das coisas e aqui não tinha, fui obrigado eu ir carregar nas costas pra ir vender lá pra comprar. E não fui só eu que fiz isso, não.

Seu Aguinaldo ainda é quem nos mostra com exemplos de sua família como os seringueiros foram se tornando mais e mais camponeses, consorciando a atividade da seringa com as roças, com a pesca, coleta, caça, bem como vendo aumentar a importância dos laços de vicinalidade e compadrio, com práticas de ajuda mútua:

Aqui nós não conhecia arroz, óleo de soja, bolacha, pão. Nós não conhecia remédio de farmácia, que não existia na época pra cá. Os remédio era remédio do mato. Matava porco, tirava banha pra fritar outras comida. Plantava cana, fazia açúcar branco, açúcar moreno, rapadura. Aí quando era na época do corte de cana, ele ajuntava aquele pessoal, aqueles seringueiro mais perto, aí ia fazer moagem de cana, passava de mês moendo cana, fazendo açúcar. Aí quando terminava, aí ele dividia, não ficava só para ele. Ele dividia. Para cada um, ele dividia um tanto, todo mundo ficava, com açúcar, com tudo um quanto. E era desse jeito que a gente vivia para cá. E a gente achava que a gente vivia bem, ó.

Passaram-se algumas décadas desde que os derradeiros burros

arrastaram produção pela estrada de São Paulo. Isso não quer dizer, porém, que a via tenha deixado de ser utilizada pelos moradores. Seja como passagem para os centros urbanos mais próximos, seja como local guia para atividade extrativista de óleos e afins, seja com pontos diferentes de desembocadura no Riozinho, a estrada nunca fechou, como indica seu Aurélio:

Quando eu me entendi, a estrada varava no Buenos Aires. Mudou a boca. Velho João Vicente mudou, varou no alto Alegre. Quando ele morreu, vararam outro caminho lá pro Postinho. Depois varou pro Palhal. Mas ela nunca fechou. Era seis dias de pé daí da beira até lá o beiradão do Tapajós. Cabra botava o saquinho nas costas, e era seis dias de pé pra lá, mas varava, pisando no chão.

Na verdade, a estrada não só nunca fechou, como foi efetivamente reaberta em bases suficientes para comportar o tráfego de veículos de grupos madeireiros que se interessaram pela região desde meados da década de 1990, como dito nos capítulos anteriores. Das transformações pelas quais passou a estrada, seu Cirino conta que:

Derradeiro burro que parou aí foi do pai do Pedro Feira, tá com uns 20 anos. Mais de 20 anos. Enquanto não entrou esses madeireiros, aí o caminho era direito, pegava e saía lá. Agora com esses madeireiro que entraram aí, ninguém sabe de nada não. Quem não sabe aí, se perde aí e não sai nem lá. Tem caminho demais. Mas aí era só uma vereda só. No Postinho, Alto Alegre ou no Palhal, ia direto. Encontrava tudo no Areia.

Como dito anteriormente, os madeireiros trataram de cavar o apoio dos moradores da região para suas atividades, convencendo-os dos benefícios que poderiam trazer - o emprego de trabalhadores em suas fileiras era um deles, mas não o único. Com efeito, estudo realizado em 2008 indicava que “as estradas foram um dos principais motivadores para aceitação dos grileiros dentro da região de trabalho dos moradores tradicionais do alto Riozinho do Anfrísio”. Já vimos em capítulos anteriores como essa afirmação pode ser corroborada com relatos de moradores do alto Riozinho, como seu Antonio, por exemplo:

Depois que esse outro pessoal entrou com esse negócio dessas estradas, aí foi que melhorou. Quem primeiro entrou foi o povo do Osmar [Ferreira]. Aí foi que começou a melhorar pro povo. Aí se aproximou e ficou mais fácil pra gente varar aí. Que eu mesmo passei oito anos sem ir pra Altamira. [...] Claro, quando eles trabalhavam aí era melhor, a gente saía de casa e no mesmo dia tava em Itaituba. De graça, nunca cobraram um centavo.

Sem os madeireiros, cuja atuação em áreas da Resex teria cessado ou arrefecido à época do decreto de criação da unidade de conservação, em 2004, a manutenção da estrada também cessou. O estudo citado, de 2008, relata que os próprios moradores buscaram limpar a via em 2007, para facilitar as varações entre o Riozinho e a cidade, varações que nunca deixaram de fazer. O costume é fazê-la a pé até a fazenda Santa Cecília, área no interior da Flona Trairão, ilegalmente apropriada por Silvio Junqueira, onde o gerente conhecido como Ticão costuma oferecer transporte até a cidade de Trairão ou mesmo Itaituba, favor que lhe rende a simpatia de moradores da Resex como seu Januário:

Agora, pela minha opinião, até o momento, eu sou até contra falar no Ticão sair daí. O Ticão é um grande amigo meu, demais, tem me ajudado bastante. Tenho muito apoio lá na fazenda. Sou liberado para trabalhar lá, tirar copaíba. E tudo por conta dele. Se eu tiver aqui hoje e mandar dizer: “diz pro Ticão amanhã me pegar lá”, quando eu chegar amanhã, ele tá. Me leva e me traz e não cobra nada. E não é só eu. Todo mundo que tem conhecimento com ele.

Assim, é importante destacar que, embora a trajetória histórica da estrada tenha denotado diversas transformações, trata-se de reflexos das transformações pelas quais passou o próprio grupo social que compõem os atuais moradores dessa porção da Resex Riozinho do Anfrísio. Esse percurso, por sua vez, é o que resultou justamente nas características que permitiram seu reconhecimento como membros de uma “população tradicional”, incorporações de um modo de vida cuja preservação constitui o principal objetivo da Reserva Extrativista que hoje habitam. A

estrada em nada teria significado uma alteração qualitativa dessa “tradicionalidade” – ela é vista pela população como parte da manutenção desse modo de vida.

As observações feitas durante a expedição de dezembro de 2010 corroboram essas afirmações. Ao longo do trajeto, os moradores da Resex que compuseram a equipe deram fartos exemplos de como a via segue sendo palco de atividades extrativistas, com destaque para a extração de óleo de copaíba, por exemplo. E não é só isso. A abundância de toponímias também indica que o conhecimento de veredas, igarapés, moradas antigas etc., acumulado ao longo de anos pelos ascendentes dos que hoje lá habitam, foi transmitido e segue se atualizando nas práticas tradicionais das gerações atuais.



6. Conclusão



Se retomarmos o quadro atual da Resex Riozinho do Anfrísio delineado ao longo deste relatório, temos uma situação na qual uma parcela significativa dos habitantes da fronteira oeste da reserva se vê privada de alguns direitos e com precário acesso a determinados serviços públicos. Temos ainda que a área em questão contém recursos atraentes para grupos madeireiros, e não há dados efetivos de monitoramento acerca da atuação desses grupos sobre o território dos ribeirinhos. Na intersecção desses dois contextos, temos uma população que, se não se encontrar já cooptada para favorecer a atuação desses interesses externos, encontra-se, no mínimo, em situação propícia de sê-lo – e isso não por uma suposta “fragilidade moral” que faria com que atuassem em detrimento dos legítimos interesses dos habitantes da Resex como um todo e do ICMBio, como já foi algumas vezes insinuado, mas por vislumbrar a dependência da “lógica do favor”, habilmente conduzida pelos madeireiros, como a forma de possibilitar suas condições mínimas de vida naquele território.

Nesse sentido, é possível pensar alguns cenários e propostas para gestão da fronteira oeste. Envolver a própria população da Resex no monitoramento e coibição de práticas predatórias seria um desses eixos de ação. Muitos foram os depoimentos em que essa disposição apareceu. Há, porém, que se pensar esse envolvimento como o resultado de um complexo processo, que envolve: garantia de acesso a direitos civis, oferecimento de serviços públicos, formação no sentido de superação da lógica do favor, superação da moralização do conflito, ou seja, a oposição simplista entre os “ribeirinhos bons que defendem os valores da Resex” e os “ribeirinhos maus que se vendem aos madeireiros”. Outros eixos de ação seriam o monitoramento das atividades madeireiras por sobrevoo e a integração com a gestão da Flona e do Parna, para controle da área, por exemplo.

Esses eixos de ação não são mutuamente excludentes, é verdade. No entanto, qualquer proposta de gestão que menospreze a importância do processo de envolvimento da população terá diante de si um praticamente certo fracasso.

A ESTRADA E OS MADEIREIROS

Em termos de facilidade para o roubo de madeira no interior da unidade de conservação, aparentemente, a revitalização da estrada não faria grande diferença. Em primeiro lugar, há que lembrar que o madeireiro não precisa que se abram estradas para ele: é notável a eficiência da atividade clandestina de corte seletivo em efetivar ramais e canais de logística. Podemos também inferir que dificilmente dessa estrada partiriam ramais madeireiros, pois seriam facilmente percebidos pelos transeuntes ou mesmo por ações de monitoramento. Virtualmente, a existência da estrada e a menor dependência do favor dos madeireiros poderiam dificultar a cooptação de ribeirinhos e ainda angariá-los ao controle e monitoramento da fronteira oeste.

Além disso, a estrada possibilitaria a realização de operações de fiscalização em áreas atualmente de difícil acesso (como a chapada do Rio Branco, nascentes dos igarapés do Roberto e do Palhal, alto Riozinho etc.). E, até aí, podemos prever uma contribuição positiva da estrada ao monitoramento e inibição do desmatamento seletivo no seu percurso e em zonas que hoje dificilmente seriam acessadas.

Por outro lado, a estrada, por si só, não resulta diretamente na garantia de monitoramento, pois, como dito, muito provavelmente o roubo de madeira se servirá de ramais paralelos sem comunicação direta com a estrada principal. Essa eventual estrada efetivamente serviria, para fins de monitoramento, apenas se inserida em um programa que demandaria o envolvimento das bases do ICM-Bio de Itaituba e de Altamira em estratégias de monitoramento.

Ao que os dados obtidos indicam, a estrada em questão não aumentaria a vulnerabilidade da fronteira oeste da Resex e ainda poderia oferecer alguma opção de monitoramento na região.

Outro ponto importante a ser pensado é o cenário da estrada num eventual quadro de concessão florestal da Flona Trairão. Não há motivo algum para supormos que esse panorama seria garantia de melhor monitoramento da área. É bastante perceptível que as espécies mais comerciais já foram exaustivamente exploradas na Flona, e ainda estão em relativa densidade na Resex. Nesse quadro, nada pode sugerir que a própria madeireira que eventu-

almente obtenha a concessão da Flona não seja, ela própria, uma ameaça à integridade da Resex.

Até aqui, falamos da reabertura da estrada e da dinâmica que ela implicaria estando aberta. Resta, porém, uma questão: como *mantê-la* aberta? Quem arcaria com os pesados custos de manutenção de uma estrada como a que se reivindica?

Desde um ponto de vista físico, a construção e manutenção da estrada solicitada envolvem sérios desafios, relacionados principalmente a dois aspectos: 1) a forte declividade em certos locais (aproximadamente 10% do percurso total), que implicaria na modificação do trajeto da mesma, ou, alternativamente, ao planejamento de frequentes operações de manutenção e 2) a abundância de áreas sujeitas a inundação na época de chuvas, que obrigaria a construção de estruturas específicas para assegurar a trafegabilidade de até 20 trechos ao longo do percurso da estrada.

Naturalmente, a população local pode optar por utilizar a estrada unicamente durante os meses da seca, minimizando assim os custos de manutenção durante a época de chuvas, período durante o qual o transporte fluvial é possível em direção a Altamira. A extensão de pontes e terraplenagens a serem construídas seria também reduzida. Porém, as características físicas da estrada solicitada parecem indicar que, após uma temporada inteira de chuvas, a mesma correria sério risco de ser virtualmente destruída em longos trechos, por quedas de barreira, alagamentos e principalmente erosões.

A ESTRADA NÃO SAI: QUE FAZER?

Conforme exposto, a estrada de São Paulo, se reaberta, facilitaria o acesso da população do alto Riozinho aos serviços de saúde e possibilidades de comercialização e aquisição de mercadorias nas cidades da bacia do Tapajós (Itaituba e Trairão, principalmente). Cabe se perguntar se existiriam formas de transporte que poderiam substituir as funções facilitadoras da hipotética estrada.

A primeira alternativa seria o transporte fluvial até o local conhecido como Porto da Maribel, e dali até Altamira, alternativa que é a atualmente utilizada pelos moradores do alto Riozinho durante a estação de chuvas. Infelizmente, o leito rochoso do Rio-

zinho do Anfrísio dificulta enormemente, durante a estação seca, a passagem de embarcações, mesmo das menores, obrigando o viajante a descer da canoa e arrastá-la por longos trechos. Assim, uma viagem que pode ser realizada em dois dias durante a estação de chuvas pode se alongar indefinidamente na estiagem (uma e até duas semanas, somando a dificuldade de travessia das cachoeiras do Rio Iriri). Assim, esta primeira alternativa, utilizada atualmente, possui uma grave limitação que a inviabiliza durante grande parte do ano.

A segunda alternativa contemplada seria o transporte aéreo por meio de aviões de pequeno porte e helicópteros. Tal alternativa precisaria, para ser viabilizada, de:

- ✱ Construção de pistas de pouso para aeronaves. Além da pista já existente na Praia do Anfrísio, nas proximidades da boca do Riozinho, existe a possibilidade de construção de uma pista de pouso na localidade Morro do Riozinho e no Lajeado, já no alto Riozinho. Pode-se esperar que a construção e manutenção das pistas sejam realizadas mediante o sistema de mutirão, minimizando assim os custos iniciais e operacionais desta alternativa;
- ✱ Custeamento da aeronave. O custo de uma viagem Lajeado-Altamira é de, aproximadamente, R\$4.000, utilizando uma pequena aeronave. Excluída a possibilidade de auto-financejamento por parte dos moradores, devido ao alto custo, resta especular se entidades que hoje atuam na área poderiam se responsabilizar pelo custeamento do transporte. Em recente convênio, a Secretaria de Saúde da prefeitura de Altamira garantiu a evacuação aérea dos moradores da Resex, mediante pagamento mensal de R\$10.000 a uma empresa de transporte aéreo, o que resolveria o problema do custeio do transporte associado a emergências médicas.

A principal vantagem desta segunda alternativa seria a sua disponibilidade durante o ano inteiro, e o seu principal inconveniente seria que ela se constituiria como alternativa válida à estrada somente para uma das suas funções: a rápida evacuação de pessoas doentes ou acidentadas. A função comercial da estrada

(escoamento de produção e compra de víveres) não poderia ser exercida pelo transporte aéreo, pois, sendo o financiamento do transporte associado a emergências médicas, a própria comunidade teria que arcar com o custo do frete aéreo, o que aumentaria enormemente o custo da mercadoria e provavelmente impossibilitaria a sua comercialização a preços competitivos ou acessíveis.

DISCUTINDO COM A POPULAÇÃO DA RESEX

Para enriquecer este relatório enquanto ferramenta para as futuras discussões sobre a estrada, já registramos nesta conclusão as primeiras impressões da comunidade da Resex sobre o conjunto das informações aqui sistematizadas. Essas impressões são fruto de um encontro ocorrido no contexto de uma oficina realizada na localidade de Boa Saúde, em 28 de abril de 2011.* (ao lado: * a oficina foi programada com o objetivo de discutir a proposta de uma empresa de cosméticos paulista interessada na compra de óleo de copaíba dos comunitários.) Além de mais de dez ribeirinhos da Resex, a reunião contou com a presença de representantes do ISA e do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). Por incompatibilidade de agenda, o ICMBio não pôde comparecer ao encontro.

Na ocasião, Mauricio Torres, desta equipe, apresentou os principais resultados do estudo em questão, a saber: verificação da demanda, proporção de opiniões, principais motivos para a revitalização da estrada, principais receios levantados, dentre outros conteúdos do relatório. Foi novamente reiterado que o estudo não se destina a dizer se se pode ou não construir a estrada, mas sim para apresentar a situação, com os prós e contras, da eventual reabertura da estrada.

Os comunitários presentes ressaltaram veementemente dois dos principais pontos de interesse que levaram à solicitação de reabertura da estrada: a facilitação do acesso a meios de garantia da saúde e da comercialização de seus produtos em Itaituba e Trairão. Após a apresentação dos dados de mortalidade infantil (como dado de fundamento para a demanda da estrada como vetor de atendimento médico), os comunitários mencionaram novamente muitos casos de mortes de crianças nas Resex que não

conseguiram ter acesso a atendimento em função do acesso.

Lembramos e esclarecemos que a estrada possui manutenção da fazenda do Seu Ivo até a Fazenda do Ticão. Contudo, esse trecho deve ser contabilizado na manutenção da estrada, uma vez que a permanência do Ticão na área não condiz com a vocação da unidade de conservação. Apresentamos também as proporções aproximadas de moradores contra e a favor, distribuindo-as entre alto e baixo Riozinho.

Além disso, mostramos que uma parte da estrada passa pelo Parque Nacional (Parna) e, apesar de não ser permitida a abertura de estrada em Parna, o que foi verificado em campo foi que não se trataria de uma abertura, de um fabrico de estrada, mas da **revitalização** de uma tradicional estrada histórica, de um antigo carreador usado para escoamento de seringa pelo rio Tapajós.

O traçado sinuoso da estrada é intencional e desvia trechos em que enfrentaria porções íngremes. Em compensação, foi notado que são vários os pontos de alagamentos durante o inverno. Do Riozinho até a fazenda do Seu Ivo, foram registrados 20 pontos de alagamento. Isso poderia elevar os custos de manutenção da estrada a ponto de inviabilizá-la.

Foi discutido o receio – expresso por alguns entrevistados – de que a reabertura da estrada pudesse reavivar o ataque de grileiros sofrido antes da criação da Resex. Explicou-se que a destinação daquelas terras como unidade de conservação torna a área não mais passível de ser apropriada privadamente, ou seja, “não grilável”, uma vez que o interesse do grileiro ao se apossar da terra é, posteriormente, obter a titulação da área, algo impossível em face da criação da Resex. Em outras palavras, onde já foi criada a reserva, a grilagem não é um risco efetivo, segundo o estudo.

Porém, as reservas dos entrevistados em relação às madeireiras não obedecem à mesma lógica. Apresentamos imagens de satélite ALOS/PRISM, resolução 10 metros, de setembro de 2010, que mostram que existem ramais madeireiros e explanadas nas proximidades do igarapé Conceição, dentro da área da Resex, que indicam a atividade ilegal de madeireiros. O relatório do estudo realizado, com base nas referidas imagens, apresenta evidências conclusivas da existência de atividades ilegais madeireiras e

pode servir de subsídio para que os órgãos responsáveis possam agir.

Foi discutido e apontado pelos comunitários que o roubo de madeira não depende da reabertura da estrada, pois já está ocorrendo de forma intensiva e ocorre por diversos ramais abertos pelos próprios madeireiros. De fato, na estrada de São Paulo, no trecho em demanda para ser reabilitado, não pudemos perceber nenhum sinal de atividade recente de madeireiras, mas as imagens supramencionadas evidenciam ramais paralelos à estrada de São Paulo em plena atividade.

Em termos de conclusão do estudo feito, sinteticamente, apresentamos que uma eventual revitalização da estrada de São Paulo:

- ✱ não traria risco de grilagem;
- ✱ não aumentaria a atividade das madeireiras que contam, hoje, com fatura de ramais avançando à Resex e se beneficiam com o difícil acesso de fiscalização ao local;
- ✱ se efetivamente usada pelos comunitários e por ações de monitoramento, poderia inibir o roubo de madeira;
- ✱ obrigaria um gasto com manutenção que, dificilmente, seria bancado pelas prefeituras de Altamira e Trairão, sendo uma solução que duraria não mais do que um verão.

O estudo aponta até uma possibilidade razoável de se obter pelo Incra a reabertura da estrada, mas uma baixa probabilidade de os órgãos investirem em sua manutenção em função da relação entre os altos custos e o relativamente baixo número de famílias que a estrada poderia atender.

Contudo, o trabalho conclui que deixar a região do alto Riozinho sem transporte é “empurrar o extrativista para os braços do madeireiro”. É inocência achar que os ribeirinhos desesperados (no caso de uma emergência de saúde com filhos, por exemplo) não aceitariam “favores” de madeireiros.

Ressaltou-se a importância de a comunidade se conscientizar de que transporte é um direito, também como o é se mobilizar para lutar pelo acesso ao direito.

Os ribeirinhos reforçaram a importância de inserir no relatório que o trânsito dos moradores na estrada, que não precisarão depender da ajuda de madeireiros, poderia contribuir com o ICM-Bio no monitoramento e controle do roubo da madeira.

Uma possibilidade aventada foi solicitar, como mitigação da questão de acesso ao atendimento de saúde, a construção de uma pista de pouso no alto Riozinho. Aproximadamente, o custo do atendimento de três emergências via frete de avião, acrescido do auxílio de voadeira, ficaria em torno de 20 mil/ano, mais baixo que a manutenção da estrada. No entanto, os comunitários presentes se mostraram muito céticos em relação à efetividade dessa alternativa de sistema de socorro médico. Foi alegado que, havendo a estrada, em uma emergência, eles chamariam uma D-20 em Trairão, pagariam R\$ 500,00, mas teriam com certeza o atendimento. Em relação ao sistema de resgate aventado (que, eventualmente, não substituiria, mas se somaria à estrada) foi manifestada muita descrença de que, realmente, viria um avião e/ou uma voadeira para buscá-los, mesmo tendo esse procedimento já sido realizado no baixo Riozinho. Esse posicionamento do grupo é bastante compreensível na medida em que, por experiência histórica, em termos de transporte, a D-20 sempre esteve muito mais atuante e confiável do que o Estado.

Aventou-se também, mas sem maior aceitação do grupo, a possibilidade de, estando a estrada reaberta e sem condições de manutenção, a Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio lançar mão de um pequeno trator agrícola (conhecido localmente como jerico) para trafegar no inverno pela estrada em más condições.

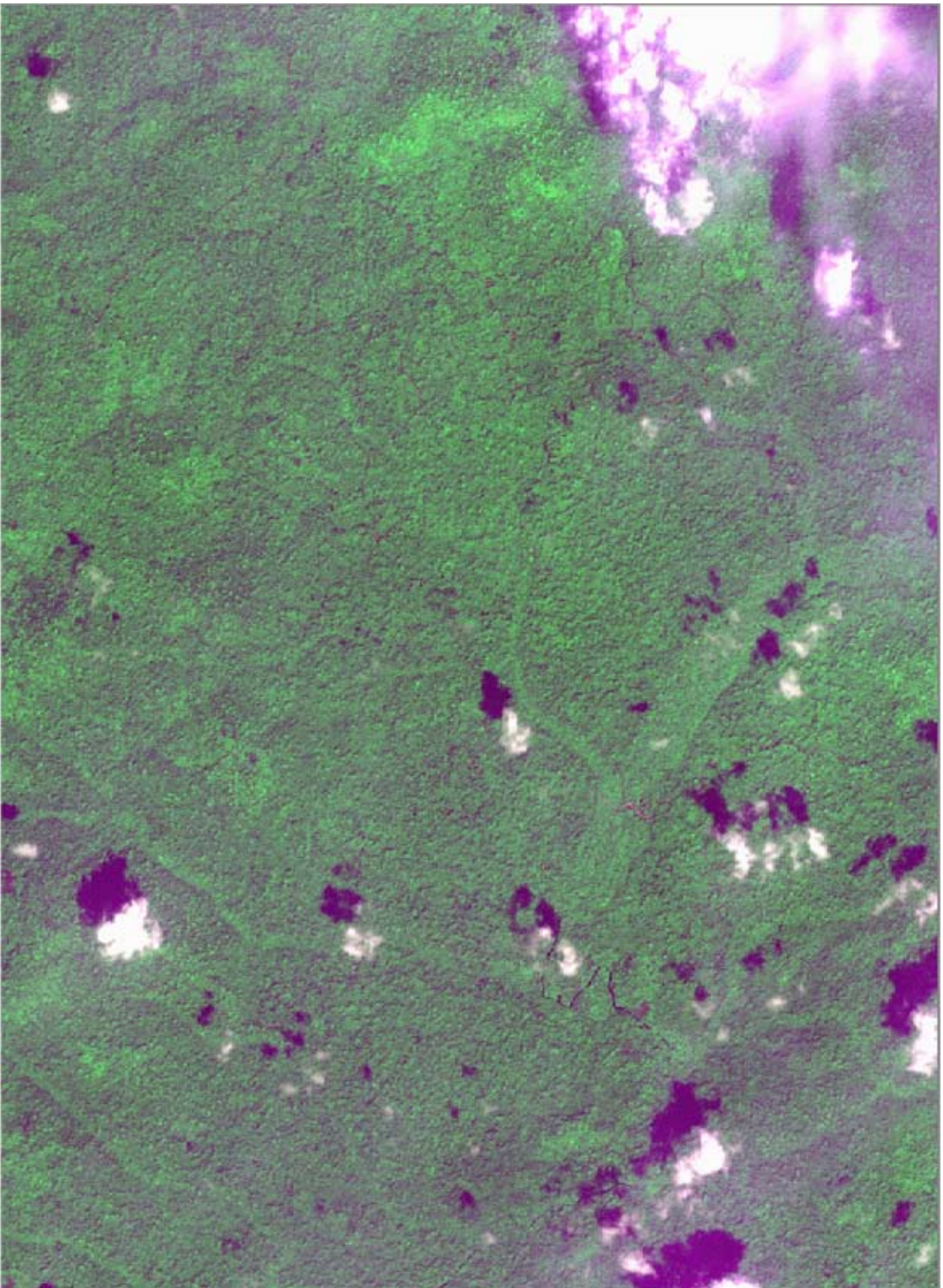
Outra questão que surgiu durante a discussão foi com relação aos trâmites envolvidos na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Embora fosse patente entre os presentes a consciência e consequente desconforto diante do quadro de devastação que se delineia com o advento da usina, caso ela efetivamente se concretize, a Resex Riozinho do Anfrísio poderia eventualmente contar com parte dos recursos de mitigação de Belo Monte para manutenção da estrada como mecanismo de controlar a pressão

de madeiras.

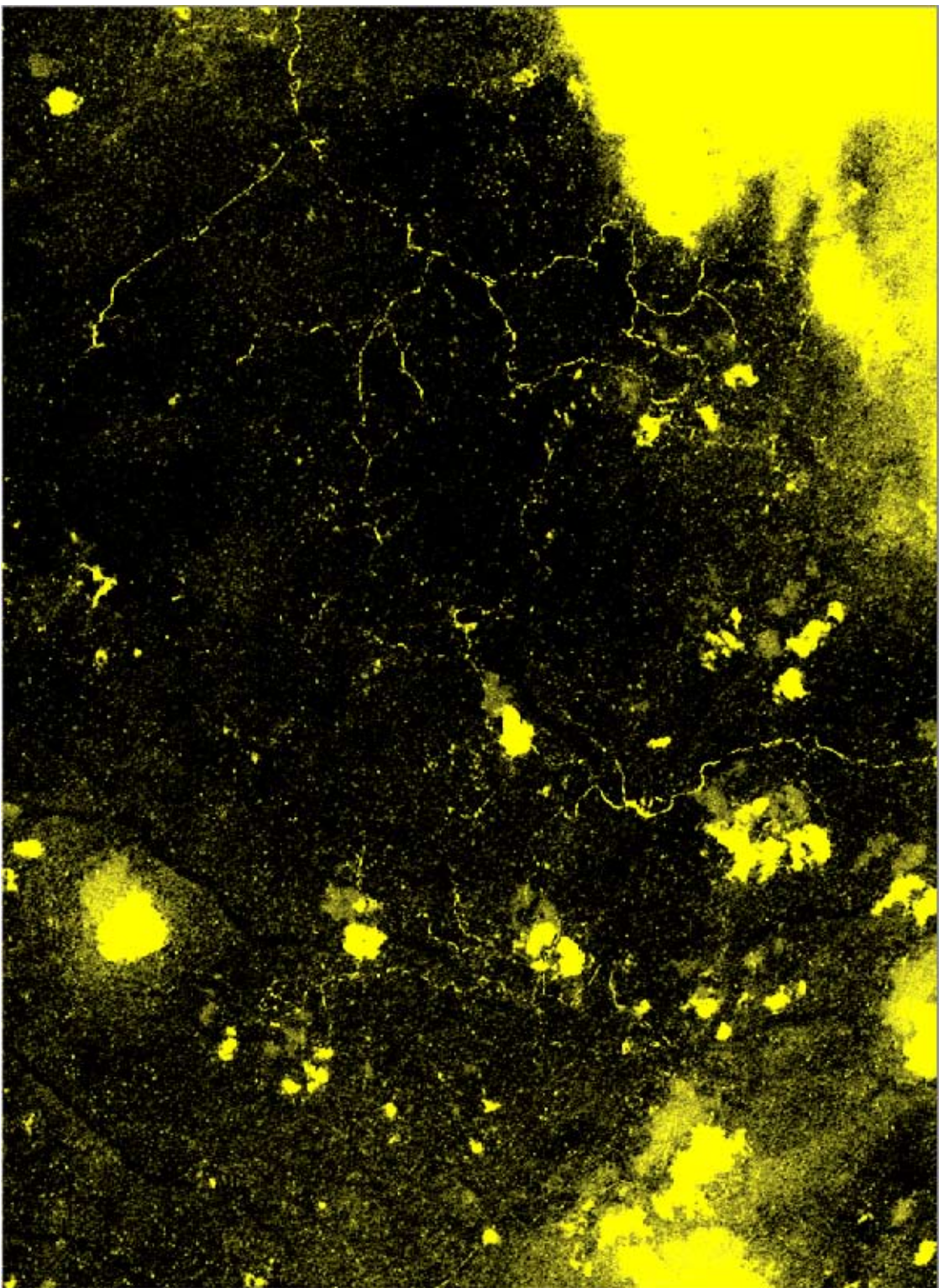
Por fim, outra opção é que a estrada seja uma contrapartida da área sob concessão na Flona Trairão, que ela atravessa para chegar à Resex.

ESPAÇOS DE DECISÃO

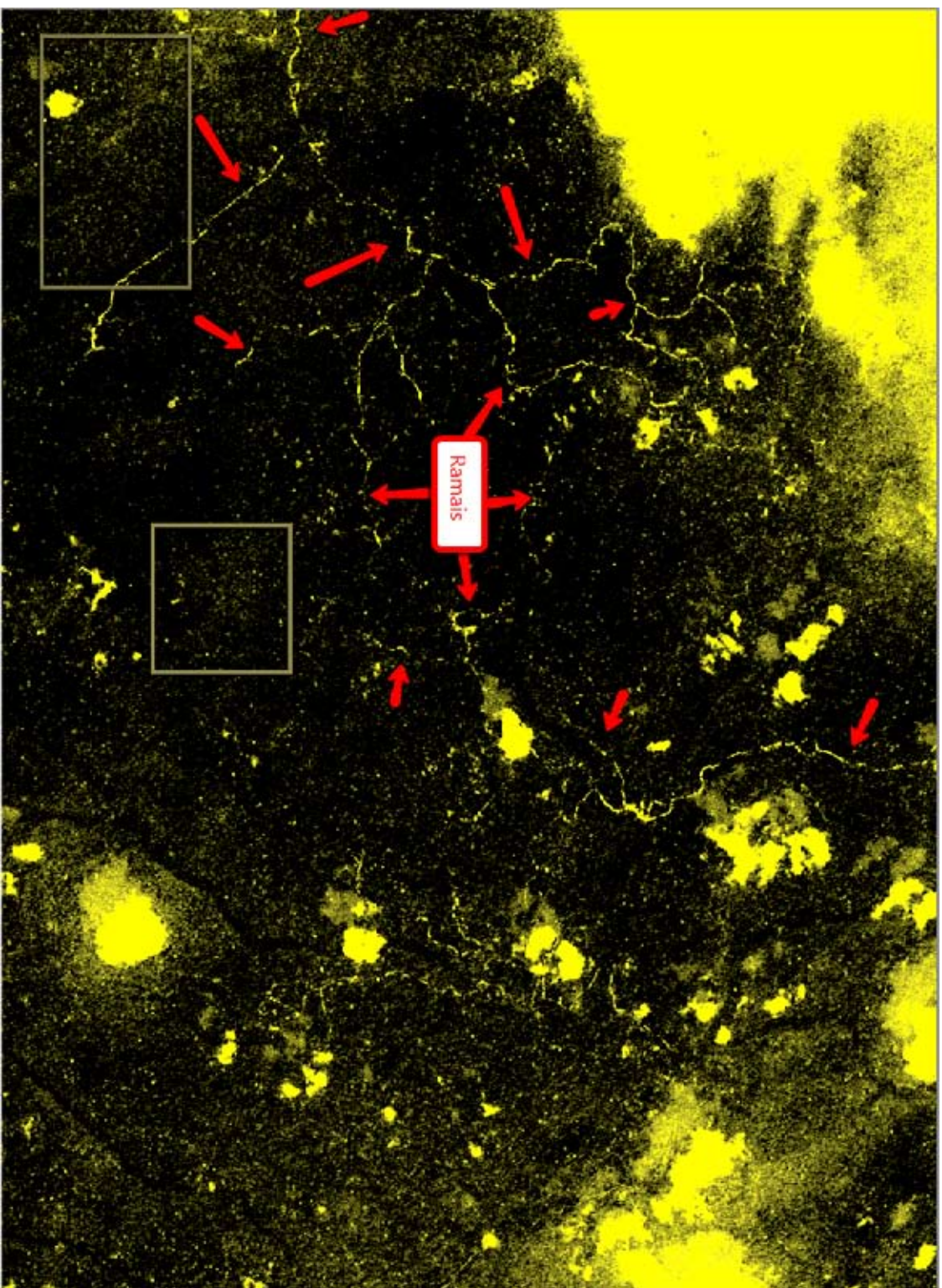
Por fim, reiteramos que este relatório tem um objetivo propositalmente inconclusivo. Buscamos simplesmente reunir à exaustão todos os dados de que dispúnhamos sobre a estrada e o que a ela pode ser relacionado. Não cabe a nós, portanto, tomar qualquer posição decisiva no sentido de dizer se a estrada é boa ou ruim, ou tomar medidas no sentido de reivindicá-la ou rechaçá-la, mas subsidiar aqueles que devem fazê-lo. Assim como foi feito com a oficina acima relatada, acreditamos que essa discussão deva ser travada no âmbito do Conselho Deliberativo e que a tarefa de elaborar o veredito final recaia **principalmente** sobre a população da Resex, que é, em última instância e de forma direta, quem gozará os benefícios e arcará com os riscos de prejuízo.



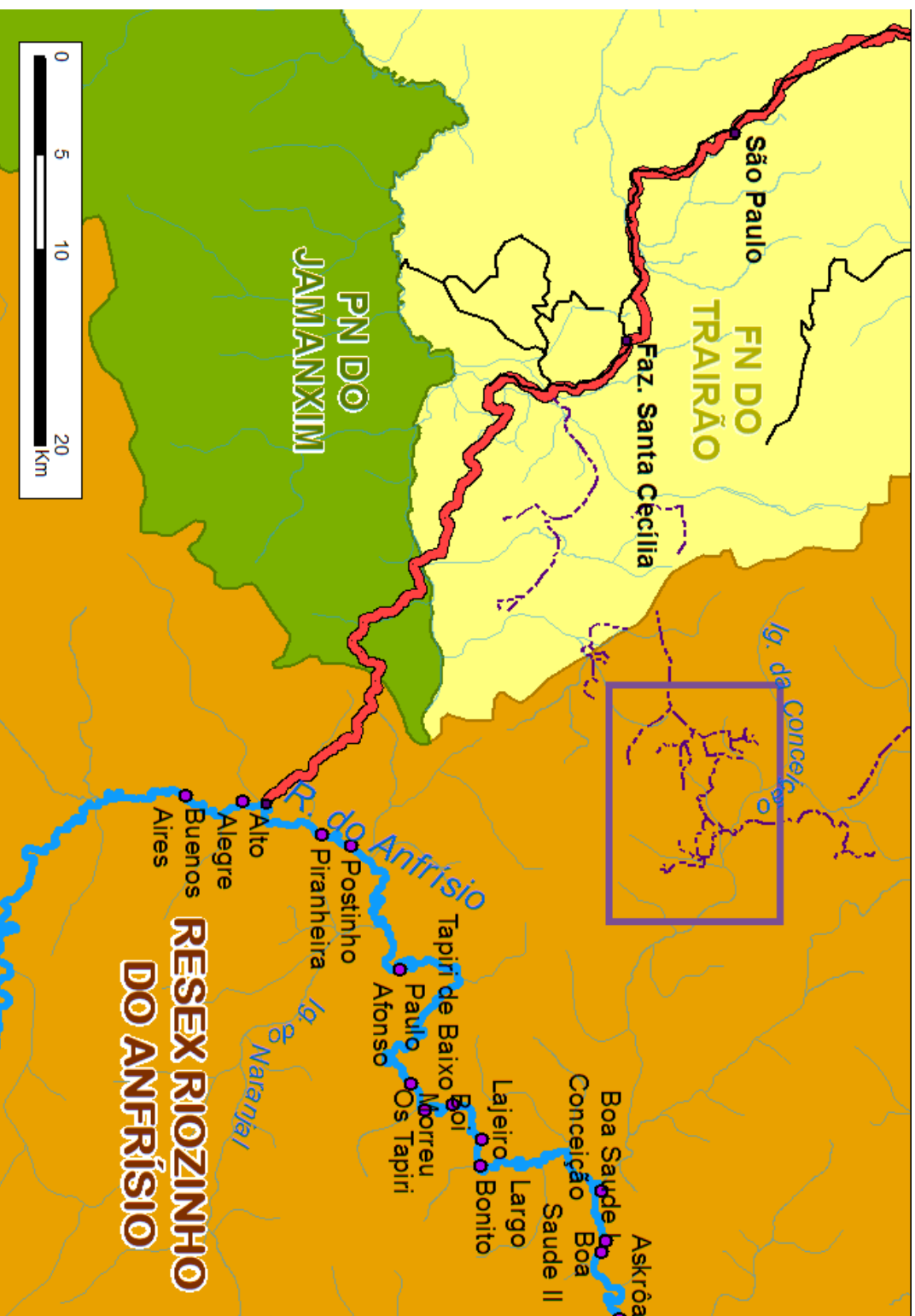
Mapa 6.1. Exemplo de identificação mediante sensoriamento remoto de áreas de exploração seletiva de madeira na Resex Riozinho do Anfrísio.
a) Imagem satélite ALOS/PRISM, resolução 10 metros, adquirida o 3 de setembro de 2010. É possível observar alinhamentos de pixels com resposta espectral correspondente a solo nu (cor rosa) atravessando a área de floresta



Mapa 6.2. Resultado do processamento por componentes principais da mesma imagem, destinado a ressaltar as feições observadas na imagem anterior.



Mapa 6.3. Interpretação tentativa. As setas vermelhas indicam possíveis ramais abertos para o escoamento da madeira extraída. Os rectângulos marrons indicam exemplos de áreas sob possível exploração seletiva.



Mapa 6.4. Localização da imagem processada na extremidade Oeste da Resex e ramais interpretados mediante sensoriamento remoto (tracçado roxo).



caderno de fotos [1]
A ESTRADA















caderno de fotos [2]
A RESEX





















REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Decreto s/ nº publicado em 09 de novembro de 2004, no Diário Oficial da União, edição 215, seção 1, pp. 08-9.
- CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 1. ed., 6. reimp., São Paulo, Brasiliense, 1996.
- DNER. *Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais*. Ministério dos Transportes, 1999. 228 p.
- ICMBio. *Diagnóstico socioeconômico, cadastramento e formação do Conselho Deliberativo da Resex Riozinho do Anfrísio*. Altamira, 2008.
- NUNES NETTO, André Avelino Costa. *A Batalha do Riozinho do Anfrísio: uma história de índios, seringueiros e outros brasileiros*. 2ª ed. Marituba: Alves Gráfica e Editora, 2003,
- SILVA, Paulo Amorim da. *Contextualização sócio-ambiental da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio: um estudo de caso – Altamira, PA / Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais). Manaus: UFAM, 2007.
- TORRES, Maurício. “A Pedra Muiraquitã: o caso do rio Uruará no enfrentamento dos povos da floresta às madeiras na Amazônia”. *Revista de Direito Agrário*, Brasília: NEAD-MDA; Incra; ABDA, ano 20, n. 20, 2007.
- VILLAS-BÔAS, A. et al. *Estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003, p. 25.
- WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993. (Estudos Históricos; 20)

